

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILINGUE LIBRAS/PORTUGUÊS

MÁRCIA GRAZIELY PEREIRA DA SILVA

**EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

APARECIDA DE GOIÂNIA

2022

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Márcia Graziely pereira da Silva

Matrícula: 20181090080221

Título do Trabalho: EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG;
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____;
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG.

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

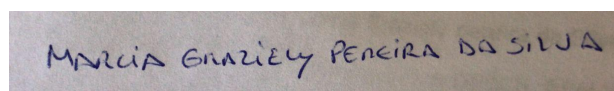
O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Aparecida de Goiânia, 22/08/2022.

Local

Data



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

MÁRCIA GRAZIELY PEREIRA DA SILVA

EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilíngue.

Orientadora professora Dra. Aleir Ferraz Tenório

APARECIDA DE GOIÂNIA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586 Silva, Marcia Graziely Pereira da
Evasão escolar: a difícil realidade da educação de jovens e adultos. /
Marcia Graziely Pereira da Silva. - Aparecida de Goiânia, 2022.
68 f.

Orientadora: Dra. Aleir Ferraz Tenório
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilingue, 2022.

1. Evasão. 2. Educação. 3. Jovens e adultos. I. Título

CDD 374

Catalogação na publicação:
Thalita Franco dos Santos Dutra – CRB 1/2186



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA

TERMO DE APROVAÇÃO

Márcia Graziely P. Silva

Evasão escolar: A difícil realidade da Educação de Jovens e Adultos

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Aparecida de Goiânia como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia Bilingue e desenvolvido na linha de pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Aleir Ferraz Tenório.

Aprovado em 29 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Aleir Ferraz Tenório

(Professora Orientadora)

Profa. Dra. Josiane dos Santos Lima

(Membro Interno)

Professor Dr. Wellington Cardoso de Oliveira

(Membro Interno)

Documento assinado eletronicamente por:

- Josiane dos Santos Lima, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/08/2022 19:42:18.
- Wellington Cardoso de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/08/2022 19:41:00.
- Aleir Ferraz Tenorio, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 02/08/2022 15:02:42.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 26/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 306633

Código de Autenticação: 602a075ad5



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Avenida Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira, Qd. 1, Lt. 1-A, Parque Itatiaia, APARECIDA DE GOIÂNIA / GO, CEP 74968-755

Dedico este Trabalho, primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida, a meu esposo que sempre esteve comigo nesta jornada, meu filho que é a pessoa mais importante na minha vida e aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sido fiel em tudo e em todos os momentos da minha vida, fazendo-me chegar até aqui, tornando possível este momento;

Ao meu esposo Edson, por estar sempre me apoiando e incentivando-me a conquistar o meu objetivo e não desistir;

A meu filho Matheus que é muito importante na minha vida;

Aos professores e professoras que durante o percurso do curso contribuíram com os meus conhecimentos;

E principalmente à minha orientadora Aleir Ferraz Tenório que me ajudou adquirir conhecimento e me orientou nessa jornada de curso.

“Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal conhecer os motivos que levam os e as educandas da Educação de Jovens e Adultos – EJA - a evadirem da escola. A partir da percepção dos alunos do Curso técnico Integrado em Alimentos do Ensino Médio na modalidade EJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás-Campus Aparecida de Goiânia, apresentamos os resultados de uma pesquisa realizada com os estudantes evadidos. Diante dessa preocupação, o seguinte problema de pesquisa foi apontado: Quais as causas que tem levado a evasão escolar na modalidade EJA? Como já informamos, para responder a problemática, optamos por uma Pesquisa Empírica que se realizou por meio de uma Pesquisa de Campo com estudantes evadidos do curso técnico em alimentos da modalidade EJA e de uma Pesquisa Bibliográfica. A Pesquisa de Campo foi realizada por meio de um questionário semiestruturado com 10 estudantes de um total de 22 evadidos do curso da turma do ano de 2017. Já a Pesquisa Bibliográfica foi importante para nos aprofundarmos mais na nossa temática de estudo e, também, para podermos empreender uma análise mais qualificada dos dados empíricos obtidos com a pesquisa de campo. E, neste sentido, buscamos conhecer sobre o que é pesquisa, sobre a Educação de Jovens e Adultos e, mais especificamente, sobre o fenômeno da evasão escolar e como esta se manifesta na EJA. A respeito da prática pedagógica na EJA buscamos autores tais como Freire (2004), (2011) e autores referenciados neste campo de estudos tais como Maria Margarida Machado (2009), Haddad e Di Pierro (2009) Gadotti (1996), Osmar Fávero (2011).

Palavras-chave: Educação, Evasão, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This work has as main objective to know the reasons that lead the students of Youth and Adult Education (EJA) to drop out of school. From the perception of the students of the Integrated Technical Course in Food of High School in the EJA modality of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás-Campus Aparecida de Goiânia, we present the results of a survey carried out with the dropout students. Faced with this concern, the following research problem was pointed out: What are the causes that have led to school dropout in the EJA modality? As we have already informed, to answer the problem, we opted for an empirical research that was carried out through a field research with students who dropped out of the technical course in food of the EJA modality and bibliographic research. The field research was carried out through a semi-structured questionnaire with 10 students from a total of 22 dropouts from the 2017 class. we may be able to carry out a qualified analysis of the empirical data obtained from the field research. And, in this sense, “we went after” to know more about what research is, about the phenomenon of school dropout and about Youth and Adult Education. About pedagogical practice in EJA we searched for referenced authors such as Freire (2004), (2011) On EJA we searched for referenced authors in this field of studies such as Maria Margarida Machado (2009), Haddad and Di Pierro (2009) Gadotti (1996), Osmar Favero (2011).

Keywords: Dropout, Education, Youth and Adults.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS- HISTÒRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS.	15
1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil	15
1.2 Os sujeitos da EJA	20
1.3 A prática educativa na EJA e a EJA no IFG	23
CAPÍTULO 2: EVASÃO ESCOLAR	29
2.1 Sobre a evasão, conceitos e discursões iniciais	29
2.2 Evasão escolar na EJA	34
CAPÍTULO 3: A EJA NO CURSO TECNICO INTEGRADO EM ALIMENTOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS- CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA E AS PRINCIPAIS CAUSAS DE EVASÃO ESCOLAR	37
3.1 Caracterização da instituição	37
3.2 Caracterização da organização e funcionamento do curso segundo o PPC	38
3.3 A proposta pedagógica do curso	39
3.4 Procedimentos metodológicos da pesquisa	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
ANEXO A QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	63
ANEXO B TERMO DE CONSENTIMENTO	66

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma Modalidade de Educação que tem como um de seus objetivos alcançar as pessoas que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica no tempo regular. O público alvo é constituído por trabalhadores e trabalhadoras, desempregados e desempregadas, donas-de-casa, portadores e portadoras de necessidades especiais, dentre outras pessoas que buscam a escola por conta do tempo perdido.

A EJA luta pela garantia dos direitos que foram negados a estes e estas alunas da escolarização básica, mas também traz uma expectativa quanto à mudança em sua realidade profissional, pois para os alunos da EJA “não-saber” significa ser excluído de uma oportunidade de mudanças de vida e de um emprego melhor. Muitas vezes, os e as estudantes da EJA se sentem decepcionados pelo fato de a escola não corresponder às suas expectativas.

Dada a importância desta temática para nós, como egressa da EJA, estudante do curso Técnico Médio Profissionalizante, o problema desta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: quais as causas que têm levado a evasão escolar na do Curso Técnico Integrado em Alimentos na Modalidade EJA do Instituto Federal - Campus Aparecida de Goiânia?

Para responder a esta pergunta de pesquisa definimos como objetivo geral refletir sobre a evasão escolar dos e das estudantes do curso Técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA do IFG - Câmpus Aparecida de Goiânia. Como objetivos específicos, escolhermos os seguintes: compreender a história da EJA no Brasil, sua prática e seus sujeitos; discutir sobre o processo de evasão escolar na Educação Básica e na EJA e, refletir, por meio de dados levantados junto aos estudantes do curso Técnico de Alimentos EJA do IFG/Aparecida de Goiânia, as principais causas de evasão escolar destes sujeitos.

A escolha do tema se deu a partir da identificação com a disciplina direcionada para Educação de Jovens e Adultos no decorrer da graduação em Licenciatura em Pedagogia Bilíngue ofertada pelo Instituto Federal Campus Aparecida de Goiânia que me ingressei assim que deixei o Ensino Médio na EJA. Mais do que isso, vivenciei a realidade ainda quando aluna do curso técnico integrado ao Ensino Médio em Panificação na modalidade EJA do Campus Aparecida entre os anos 2013 a 2016. Turma esta que iniciou com 32 alunos e

apenas 6 concluíram o curso, deixando claro para nós que, muitos são os desafios enfrentados para os estudantes adultos concluírem seus estudos.

A partir das leituras que fizemos, pudemos perceber que o Jovem e o Adulto que procura a escola não quer apenas aprender a ler e a escrever. Ele quer e precisa, também, ser e estar inserido no mundo do trabalho e busca novas oportunidades que só a educação pode lhes oferecer. O grande desafio desses estudantes da EJA é vencer suas condições difíceis de vida que são moradias, transporte, emprego que muitas vezes comprometem a continuação de seus estudos, dentre outros.

De início, os autores e a nossa própria experiência nos evidenciam as razões que levam os alunos da EJA a abandonarem o curso e a escola: localização, segurança, gravidez na adolescência, emprego, muitos são chefes de família que dificilmente conseguem conciliar os estudos com trabalho, necessidade de ajudarem a ajudar na renda da família. E especificamente, no curso Técnico Integrado de Alimentos na modalidade EJA do IFG, Câmpus Aparecida de Goiânia, como isto se dá?

Assim, este trabalho se constituiu por dois momentos que foram: a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Empírica que se deu por meio de uma pesquisa de campo que realizamos com alunos evadidos da turma de 2017 do curso EJA/Alimentos.

A Pesquisa Bibliográfica se desenvolveu por meio de consultas a literaturas já publicada em forma de livros, revistas, jornais e sites da Internet sobre a temática que se quer conhecer e pesquisar. A mesma permite ao pesquisador descobrir novos acontecimentos ou dados, ou seja, é a contribuição de outros autores para sua pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A pesquisa bibliográfica foi importante para nós nos aprofundarmos mais na nossa temática de estudo e, também, para podermos conseguir fazer uma análise mais qualificada dos dados empíricos obtidos com a pesquisa de campo. E neste sentido fomos atrás de conhecer mais sobre o que é pesquisa, sobre a Educação de Jovens e Adultos e sobre o fenômeno da evasão escolar. Sobre a prática

pedagógica na EJA buscamos autores referenciados tais como Freire (2004, 2011), Maria Margarida Machado (2009), Haddad e Di Pierro (2009) Gadotti (1996) e Osmar Fávero (2011), dentre outros.

No sentido de refletir sobre a evasão escolar, realizamos uma Pesquisa de Campo com 10 estudantes que não concluíram o Curso Técnico de Alimentos na modalidade EJA do IFG-Câmpus Aparecida de Goiânia. Fizemos o uso, para tanto, de aplicação de questionários no intuito de conhecer as causas que os levaram a se evadirem do curso.

GIL (2002) aponta a pesquisa de campo como aquela que se dá por meio de investigação com coleta de dados, junto a pessoas ou grupos. Desta forma, a pesquisa de campo tem a finalidade de observar fatos da maneira como acontecem por meio de coleta de dados. Nesse sentido, o tipo de pesquisa que mais se enquadra para a obtenção do objetivo proposto nesta investigação é a pesquisa de campo, pois:

A pesquisa de campo como o estudo que: “o focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL, 2002, p.53).

Os dados da pesquisa foram analisados por meio de análise qualitativa que se baseia na experiência e na observação, segundo as autoras Marconi e Lakatos, (2017), análise qualitativa são investigações de pesquisa empírica, cujo objetivo é a formulação de questões ou de problema, com triplas finalidades: desenvolver hipóteses; aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para realização de uma pesquisa futura mais precisa; modificar e clarificar conceitos.

Com o objetivo de atender os parâmetros exigidos pelo Conselho de Ética do Instituto Federal de Goiás, submetemos nosso projeto a este Conselho e somente após a sua aprovação, iniciamos os contatos com a população a ser pesquisada - alunos e alunas evadidos do Curso Técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA – turma ingressante do ano de 2017. A escolha desta turma se deu por ser uma turma que adentrou ao curso há não muito tempo e, portanto, ainda possível de contatar as pessoas. Do mesmo modo, por ser uma turma de concluintes no ano de

2019, esta foi a última turma que concluíra o curso sem que tivesse sofrido o impacto da pandemia no seu índice de evasão.

Nos primeiros contatos com os participantes eram informados a eles/elas, em relação ao processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido à pesquisa e a importância de sua assinatura ao referido termo – TCLE, bem como à sua liberdade em desistir da pesquisa em qualquer momento ainda que dela tivessem consentido participar. Neste sentido, em relação aos pesquisados, todos seguiram até o final o preenchimento do questionário, sem nenhuma intercorrência.

Em termos de estruturação, este estudo está dividido em três partes. O primeiro capítulo apresenta os aspectos históricos da EJA, seus sujeitos e práticas. Neste momento conhecemos um pouco sobre a EJA, os sujeitos que a ela adentram e refletimos sobre as práticas educativas na EJA e um pouco sobre a EJA nos Institutos Federais. O segundo capítulo elabora reflexões da Evasão escolar e, desta, na EJA. Trabalhamos sobre os conceitos de evasão e sobre a evasão na EJA. No terceiro capítulo, a partir dos dados obtidos pela pesquisa de campo, buscamos refletir, como anunciamos nos nossos objetivos, em torno das principais causas da evasão no curso Técnico Integrado em Alimentos do Ensino Médio do Instituto Federal de Goiás – o que procuramos fazer a partir dos dados recolhidos na pesquisa bibliográfica.

Esperamos que este trabalho possa contribuir com todos e todas que pensam na educação como um direito de todas as pessoas e na evasão escolar como um problema que precisa ser enfrentado para que tal direito possa ser, de fato, garantido.

1: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS

A educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação brasileira que, segundo as suas Diretrizes Curriculares, tem como finalidade comprometer-se com a formação das pessoas e lhes propiciar o acesso à cultura geral no sentido de que os mesmos possam se tornarem pessoas conscientes, autônomas e comprometidas politicamente com a sociedade e com o mundo (BRASIL, 2022).

Atuar na EJA é algo que envolve compromisso ético do educador por se tratar de uma prática complexa que vai além do simples ato de ensinar a ler e escrever. A maioria dos alunos ingressos na EJA são trabalhadores em busca de melhores condições de vida. No entanto, grande maioria dos alunos não conseguem permanecer e acabam abandonando os seus estudos.

Para entender os motivos e causas, será apresentado de forma sucinta, a história da EJA no Brasil, seus sujeitos, suas práticas e a EJA no Instituto Federal de Goiás, bem como a apresentação do curso EJA Alimentos.

1.1 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Di Pierro e Haddad (2005) são alguns dos autores estudados que traçaram os principais marcos no que se refere à EJA. Apontaram que no período colonial já existiam práticas educativas desenvolvidas por religiosos – os jesuítas, no qual, destinavam ações educativas às pessoas jovens e adultos. Sobretudo, aos filhos dos colonizadores, aos povos indígenas e, logo após, aos negros escravizados. Entretanto, esses processos educativos se limitavam apenas a instruções para os filhos dos colonizadores, e para os índios e negros - doutrinação religiosa, domesticação e atividades relacionadas a ofícios essenciais para o desenvolvimento da economia.

Após a saída dos jesuítas do território brasileiro, em 1759, a educação entrou em colapso e ficou sob a responsabilidade do Império, pela qual também não teve grandes avanços e investimentos. No ano de 1824, todavia, houve um marco no campo dos direitos legais, através da criação da primeira Constituição brasileira, a qual estabelecia a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (DI PIERRO e HADDAD, 2005, p. 86).

Essa conquista legal veio a aprimorar-se e consolidar-se nos períodos posteriores ao Império. Ocorre que nesse recorte da história, apenas uma pequena parte da população era considerada cidadãos – apenas a elite. Sendo essa parcela da população a que tinha acesso à educação primária; excluindo, no entanto, os povos indígenas, negros e grande parte das mulheres, bem como os jovens e adultos advindos das camadas pobres da população, bem como os jovens e adultos advindos das camadas pobres da população. Segundo os autores, "ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta" (DI PIERRO e HADDAD, 2005, p. 87).

Já na Primeira República, os autores citados apresentam-nos a consagração de outro marco legal: a primeira Constituição da República - 1891 -, inspirada em valores liberais. Na estrutura da Constituição de 1988, chamada de cidadã, surgiu o tema educação com interesse social e a partir daí se estabeleceu que a Educação Básica deveria ser oferecida, também, aos estudantes da EJA. (RIBEIRO, 2001)

A Constituição Federal estabeleceu também a educação presencial e não apenas a de forma não presencial, mas sem muita preocupação com a qualidade de ensino. Neste sentido, para Di Pierro e Haddad (2000) o direito público e gratuito à educação, que independe de idade, garantido na Constituição de 1988 foi um dos mais importantes feitos para a Educação de Jovens e Adultos.

Garantia está prevista no artigo 208 da nossa carta magna:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva universalização do ensino médio gratuito; III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV – educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988, Art. 208).

Embora tenha sido um marco importante para educação, a história aponta ainda, alguns gargalos do período, tais como: as fragilidades e precariedades da

Educação básica e a continuidade do descompromisso do Estado com a Educação. Descompromisso esse que nos leva a: números elevados de reformas educacionais, normatizações sem efeitos práticos devido à falta de dotações orçamentárias, descompromisso com políticas educacionais específicas para a EJA, dentre outros (DI PIERRO, HADDAD, 2005).

Foi, segundo os autores acima, um período marcado, também, pela exclusão do direito ao voto das pessoas analfabetas, num cenário no qual 70% da população brasileira permanecia analfabeta, mesmo decorrido 30 anos da Proclamação da República.

Na década de 30 com Vargas no poder, foi criado o Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados (PILETTI, 2008, p.74). Durante esse período algumas experiências de alfabetização de adultos são realizadas, de acordo com Di Pierro e Haddad (2005), em 1942 foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário, que deveria realizar um programa de ampliação do Ensino Primário, inclusive o Ensino Supletivo. Ocorrendo aqui, os primeiros registros de ações e reconhecimento da EJA por parte do Estado.

Outros marcos, apontado pelos autores foram: a criação do INEP (dados da educação primária; criação do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, que destinava 25% da verba a EJA (antigo Supletivo). Em 1947 foi criada a SEA (Serviço de Educação de Adultos) que tinha como objetivo planejar e organizar as ações e propostas destinadas à EJA.

Esse período, também, foi marcado pela criação de campanhas voltadas à Educação de Jovens e Adultos como a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos); a Campanha Nacional de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação de Analfabetismo. Com as ações implantadas pelo Estado, o índice oficial de analfabetismo entre as pessoas acima de cinco anos foi reduzido para 46,7% em 1960 (DI PIERRO e HADDAD, p. 91, 2005).

Na época considerada de luzes para a educação de adultos -1959 a 1964, Di Pierro e Haddad (2005) salientam novas concepções e perspectivas referentes à educação de adultos. Destacam a importância do reconhecimento da EJA como uma modalidade específica de ensino; as contribuições de Paulo Freire e as atuações de diversos grupos favoráveis à educação e incentivo dessa população para atuação no meio político.

Outros acontecimentos marcam este período, tais como: Movimento de Educação de Base, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Movimento de Cultura Popular, Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler, dentre outros, até a criação do Programa Nacional de Alfabetização que teve participação de Paulo Freire (DI PIERRO e HADDAD, p. 94, 2005). Esses movimentos ocorreram de forma mais marcante no Nordeste, o contexto desses movimentos fora marcado pelo populismo, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelas reformas de base, a educação de adultos era vista como um instrumento político, isso porque até então os analfabetos não tinham direito a voto e como esse grupo constituía metade da população, assim a alfabetização de adultos além de ser um meio transformador da realidade social, foi usado também como manobra política (GALVÃO; SOARES, 2005; DI PIERRO; HADDAD, 2000).

Em 1963, a campanha Nacional de Alfabetização de adultos foi encerrada, processo interrompido pelo Golpe Militar de 1964 (GALVÃO; SOARES, 2005). Isso porque o ensino de Jovens e Adultos foi considerado um movimento de cunho ideológico, o governo extingue o programa e exila Paulo Freire.

Com a necessidade de garantir um ensino conservador, o estado implantou uma campanha de alfabetização de Jovens e Adultos realizada de 1966 a 1970, o programa Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) tentando substituir as ações de culturas populares. Caminhando para a extinção do programa ABC entre os anos de 1970 a 1971 e para alinhar com os ideais que estabelecia o regime militar, foi fundado em 1967 o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Esse último foi mais um programa sem êxito do governo, com objetivo de abrangência de massa das camadas populares para “controle doutrinário”, no qual não garantia a alfabetização e letramento, tão pouco à continuidade dos estudos por parte das pessoas jovens e adultos. Neste sentido, recebeu diversas críticas. Em 1985, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar. Outro subsistema de ensino criado pela LDB 5.692/71 foi o supletivo que trazia aspirações de modernização para o ensino regular.

A redemocratização brasileira começa a ocorrer após os anos 1985, com o fim do Regime Militar. Di Pierro e Haddad (2005) descrevem a retomada dos movimentos sociais anteriores e a criação de novos movimentos visando à expansão dos direitos sociais. Outro marco desse período foi a conquista da universalização e gratuidade do ensino fundamental para todos, instituído pela

Constituição Federal de 1988. Ensino este que deveria ser garantido, também, às pessoas jovens e adultas que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A educação como um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 é afirmada em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na sequência, o Art. 208 traz claramente a obrigação do Estado em relação à educação básica gratuita e obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade, a universalização do Ensino Médio e, principalmente, vem a estabelecer o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Com a extinção do programa Educar nos anos de 1990, a EJA passa a ser gerida pelos municípios. Os municípios ampliam a oferta do Ensino Jovens e Adultos, segundo Soares e Galvão (2005, p.272) a experiência do ensino EJA começa a ganhar novos espaços, como universidades e movimentos sociais e metodologias de ensino passam a serem usados com base em novos estudos da área como psicologia, linguística e educação.

Em 1996 temos a aprovação da LDB 9493/1996. Nela, é reafirmado o direito de escolaridade dos jovens e adultos e a EJA passa a ser compreendida como uma modalidade de ensino o que abre portas, segundo Machado (2009), para a superação da antiga ideia de aligeiramento do ensino.

No sentido de percepção escolar diferenciada para os sujeitos, Julião (2015) cita que Esta LDB assume a EJA como política pública e foi um marco importante na construção histórica da EJA, haja vista que esses sujeitos sempre tiveram seus direitos desconsiderados.

Do mesmo modo, conforme Haddad e Di Pierro (2000) a LDB deu visibilidade a EJA começando assim às discussões sobre como pensar em ações e formas de garantir os direitos já conquistados, identificando assim qual o papel da educação e refletindo na diversidade desses sujeitos da EJA.

Em relação às legislações conquistadas pela sociedade brasileira e a amplitude que a EJA adquire com a nova LDB, Soares escreve:

Ainda que a LDB 9.394/96 tenha sido uma colcha de retalhos ao tentar conciliar interesses governistas, privatistas e publicistas, nos artigos 37 e 38, que dizem respeito diretamente à Educação de Jovens e Adultos, a lei incorporou a mudança conceitual de EJA que se dava desde o final dos

anos de 1980. A mudança de “ensino supletivo” para “educação de jovens e adultos” não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12)

Alargamento este que não se fez valer pois, ainda que a EJA tenha tido os seus direitos garantidos na nova LDB, em termos de financiamento da educação voltado para esta modalidade, e Educação de Jovens e Adultos continuou a enfrentar inúmeras dificuldades. Prova disto foi a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF que veio logo a seguir a aprovação da LDB. A criação deste fundo que não destinou recursos para a EJA comprometeria a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, bem como continuava relegando a segundo plano a EJA, pois priorizava o investimento educacional para a educação de crianças de 07 a 14 anos (HADDAD, 2000).

Com tudo o que fora exposto, percebemos que a Educação de Jovens e Adultos está envolta numa questão estrutural maior que atinge questões econômicas, sociais e políticas que precisam ser solucionadas para um atendimento mais humano e justo à sociedade que necessita dele.

1.2 Os sujeitos da EJA

Segundo o Caderno 1 de EJA (MEC/SECAD, 2006), editado pelo então Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, intitulado *Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos - alunos e alunas da EJA*, sob a coordenação da professora Vera Barreto, o público da EJA é bastante diversificado e possui uma heterogeneidade relevante. Todavia, com marcas muito comuns entre as pessoas que fazem parte deste grupo que vem a se matricular na EJA. Em suma, os alunos e alunas que compõem o público da EJA são compostos por trabalhadores e trabalhadoras urbanas, camponeses, mulheres, homens, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências, indígenas, afrodescendentes, moradores de periferias, pessoas que se encontram no sistema prisional, jovens que cumprem medidas socioeducativas, moradores de ruas, além de grupos minoritários que lutam por igualdades de gênero, étnico-racial e de orientação sexual. Vejamos o que dizem as e os autores:

Se a origem de nossos alunos é diversa, naturalmente, o acúmulo e a bagagem cultural deles também são. Quando falamos em cultura estamos nos referindo ao conjunto de ações, elaborações, construções, produções e manifestações de um grupo de pessoas, que se dá por meio e através de múltiplas linguagens e pode ser identificado na forma de falar, atuar, reagir, pensar e expressar de cada pessoa desse grupo. Especificamente no caso dos alunos e alunas jovens e adultos, referimo-nos a uma cultura popular do fazer, que se aprende fazendo e vendo fazer. Ela possui uma dimensão muito pragmática, voltada para a ação, que gosta de se movimentar e fazer junto uma construção marcadamente compartilhada e coletiva (MEC/SECAD, 2006, p.15).

Como vimos, trata-se de um público caracterizado pela diversidade e, muitos deles, com pertencimento às minorias e influenciados pelo meio cultural, social, familiar em que estão inseridos.

No documento citado, as autoras, abordam os espaços onde se desenvolve a escolarização de jovens e adultos. Espaços estes que vão para além dos prédios escolares. Ou seja, tal oferta pode se dar em locais diferentes de uma sala de aula que dentre outras questões, também, serve para que o aluno não se sinta constrangido diante de quaisquer situações de vulnerabilidade que ele venha se encontrar. As autoras evidenciam os saberes, valores e conhecimentos de mundo que esse público carrega consigo. São pessoas que chegam à escola providos de saberes e experiências. Experiências que devem ser instigadas. Pessoas que precisam ter a sua capacidade criadora valorizada. Isto é, são educandos e educandas que precisam ser valorizadas e valorizados em suas experiências de vida, como afirma Paulo Freire:

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmo puramente remediados dos centros urbanos? (Freire, 2004, p. 24).

Do mesmo modo, os autores do CADERNO 1 MEC/SECAD ressaltam a visão peculiar destes sujeitos: é importante destacar o quanto é peculiar a visão de mundo, as experiências e o tempo de aprendizado desse público, sendo bem distinto da educação infantil ou dos e das estudantes que são maioria no ensino fundamental diurno, por exemplo. Para as autoras, eles adentram a escola e trazem uma noção de mundo mais relacionada ao ver e ao fazer, uma visão de mundo apoiada numa adesão espontânea e imediata às coisas que vê. Ao escolher o caminho da escola, a interrogação passa a acompanhar o ver desse aluno, deixando-o preparado para olhar. Aberto à aprendizagem, eles vêm para a sala de

aula com um olhar que é, por um lado, um olhar receptivo, sensível, e, por outro, é um olhar ativo: olhar curioso, explorador, olhar que investiga, olhar que pensa.” (CADERNO 1 MEC/SECAD, p.5, 2006).

Ou seja, não vão à escola em busca de aventuras, vão em busca de esperança e aprendizados que lhes sejam úteis.

Sobre os sujeitos da EJA, no ano de 2002 a professora Maria Margarida Machado, Doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em sua pesquisa de doutorado, analisou 20 estudos que tratavam, em especial, do perfil dos alunos da EJA. Deste estudo, foram: 17 dissertações de mestrado e 3 de doutorado. Tal pesquisa buscou tratar do perfil dos alunos da EJA e compreender a realidade das escolas noturnas.

Segundo Machado (2002), os estudantes da EJA se caracterizam por, na sua grande maioria, de pessoas carentes, tanto socioeconômicas, como culturalmente. Apresentam carências afetivas e os números de mulheres estão aumentando nos programas da EJA.

[...]diversidade geracional; que são homens e mulheres: diversidade de gênero; são brancos e negros, todavia estes últimos são em maior número: diversidade étnico-racial; que estão no campo e nas periferias das cidades: diversidade de território; que são em sua maioria pobres, mas também se encontram entre a nova classe média: portanto, diversidade de classe social. Tratar da diversidade na EJA é, portanto, reconhecer que a oferta da educação, ou sua ausência, resulta de um sistema social e econômico excludente (MACHADO, RODRIGUES, 2013, p. 374).

Machado, também, aponta que as escolas do período noturno são marginalizadas e com falta de professores. O que vem a implicar na desmotivação dos e das estudantes e na frequência destes alunos. Deste modo, a repetência e a evasão são cada vez mais nítidas nas escolas noturnas.

Sem ofertar uma educação de qualidade, pensada para o aluno e suas vivências, com professores bem formados, as pessoas não vão voltar. E se voltarem, é provável que não permaneçam (MACHADO, 2018, p. 01).

Para esta autora, pela pesquisa trabalhada, a escola representa para estes alunos e alunas da EJA, um espaço de formação de saber, socialização, desenvolvimento pessoal e transformação de suas realidades. Desempenha, dessa forma, um papel importante e proporciona uma realização pessoal e profissional destes alunos e alunas que, em sua maioria, vem desacreditado do meio em que vivem. Pois um jovem ou adulto que retoma seus estudos, o faz com o intuito de

estar melhor preparado para o mundo do trabalho e ganhar autonomia de se posicionar bem profissionalmente.

Freire (2004, p. 66) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Portanto, uma educação transformadora e emancipadora na EJA só é possível, sobretudo, com o engajamento dos (as) docentes em relação a sua missão de despertar e apontar caminhos para o conhecimento, sendo fundamental, a criticidade e reflexão, e que estabeleçam uma relação afetiva, harmoniosa, solidária e dialógica com seus educandos e educandas, se pautando na troca de experiências e não de transferência de conhecimento.

1.3 A prática educativa na EJA e a EJA no IFG

Para Souza (2011) a prática educativa na EJA não deve ser pautada no conceito instrumentalista de conteúdo, isto porque, essa forma de ensino dificulta a aprendizagem dos e das alunas. Estes, em sua grande maioria por terem dificuldades com os conteúdos perdem o interesse, desistindo dos estudos, o que gera a evasão escolar. A respeito do conceito instrumentalista Souza (2011, p.117) escreve:

Numa concepção instrumental de educação, a preocupação central é que o aluno domine os conhecimentos escolares tradicionais. Na concepção dialógica, a preocupação central é que o aluno possa trabalhar com os conhecimentos que tenham significados sociocultural, e dessa lógica os conteúdos emergirão do mundo cotidiano e ganharão complexidade à medida que forem debatidos no grupo. A educação e a alfabetização constituem, portanto, o ato de conhecimento que emancipa e que motiva para a realização de ações modificadoras do meio.

O professor precisa se atentar às necessidades da e do estudante, sempre trazendo melhorias para os e as educandas e trabalhar os conteúdos de forma que se aproxima com a realidade destas e destes. Quando isso não ocorre, o aluno da EJA acaba desmotivado, pois a realidade na sala de aula é algo muito distante da realidade do dia a dia.

Sabemos que o papel do professor é preparar o estudante para que esse seja um sujeito construtor de seu próprio conhecimento (Freire,2003). Portanto, a prática pedagógica vai além de repasse de conteúdo, pois é necessário levar em consideração fatores externos como formação cultural e social do discente. Sobre isso, Souza diz que a prática pedagógica é permeada por afetos inerentes ao dia a dia das escolas.

A educação escolar, enquanto objeto de estudo da Pedagogia no sentido da formação humana do sujeito humano, se caracteriza por sua intencionalidade, refletida na prática pedagógica assumida coletivamente, e permeadas por afetos (amor e ódio) inerentes ao dia a dia das escolas (SOUZA, 2012, p.28).

Isso faz nos entender que a prática pedagógica na totalidade da sua dimensão não se restringe à educação apenas na escola, mas está presente na construção social humana. Neste aspecto Moreira (2001) aponta um caráter multicultural na prática educativa, o que torna um desafio para o docente enquanto mediador de conhecimento. Cabe a ele ressignificar a prática, levando em consideração os diferentes sujeitos presentes na sala de aula, o que pode ser um desafio ainda maior quando se trata da modalidade de ensino EJA, cujo público apresenta especificidades diferentes.

Numa sociedade que se percebe cada vez mais multicultural, cuja “pluralidade de culturas, etnias, religiões, visões de mundo e outras dimensões das identidades infiltra-se, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea” (MOREIRA, 2001, p. 41).

[...]é um grande desafio para prática pedagógica do professor da EJA, afinal o seu papel é preparar o estudante para que se perceba como sujeito construtor do seu conhecimento, pensar num modelo de escola mais flexível conectado a vida, investir na formação docente e ter um olhar mais sensível quanto as necessidades desses jovens e adultos, e a tudo que lhe é relevante (LIRA, SILVA, SANTIAGO, 2015, p.2).

Nesse caso, o necessário seria uma prática educativa que mobilize os saberes, interações pessoais, vivências e os saberes já adquiridos pelos alunos ao longo de suas vidas. Sobre esse assunto, Paulo Freire afirma que o ato de ensinar vai muito além de transmitir conhecimento. É um ato de troca, onde o professor e o aluno dialogam sobre conhecimentos significativos que se relacionam com sua vida. Freire afirma:

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e se escreve o que se entende. (...) Implica uma auto formação da qual se pode resultar uma postura atuante do homem sobre o seu contexto. Para isso a alfabetização não pode ser de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou exposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas ajustado pelo educador. Isto faz com que o papel do educador seja fundamentalmente diálogos com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes os meios com que os quais possa se alfabetizar (FREIRE, 1989, p.72).

A prática educativa na EJA não deve ser a mesma praticada na educação infantil, pois, diferentemente das crianças, os alunos da EJA, já tem uma experiência

de vida. No caso desses alunos, é necessária uma proximidade entre aluno e professor. Todos os conhecimentos sobre alfabetização e letramento, por exemplo, devem ser aplicados, mas, de uma forma diferente da que é aplicada ao ensino na educação infantil.

Assim sendo, seria necessário que fosse elaborada uma proposta pedagógica voltada especificamente para o ensino na EJA. Um currículo que valorize a multidisciplinariedade; estabelecendo o diálogo como fundamento metodológico. Sobre o diálogo vale lembrar Paulo Freire:

É testemunha dessa possibilidade, ao exercer uma prática fundada na necessária abertura ao outro: prática em que o diálogo se faz exigência epistemológica para uma vivência socialmente comprometida, cuja reflexão, coletivamente partilhada, faz-se geradora de múltiplas autorias (FREIRE, 2001, p. 27).

O diálogo se torna a linguagem de compreensão e aprendizado mais significativo nesse processo de alfabetização. A educação alfabetizadora humaniza e permite crescer em comunidade, pois, segundo Freire (1983, p. 5), “[...] somos educados em comunidade a partir da reflexão da práxis da vida de cada educando [...]”.

Notamos assim, que na EJA a prática educativa deve ser exercida com clareza, reconhecendo que o professor é o mediador do conhecimento e que esse deve mobilizar os saberes levando em consideração a formação e as especificidades desse público que há muito tempo é relegada a segundo plano. A prática educativa pautada no diálogo permite a escola cumprir o seu papel na formação humana, bem como na socialização dos conhecimentos (FREIRE, 2001).

As práticas educativas devem ser fundamentadas na valorização do aluno e tudo que o permeia, conforme Freire (2000) deve se quebrar a cultura do silêncio e os alunos precisam ser ouvidos, estabelecendo um diálogo pedagógico e reflexivo.

O educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos (FREIRE, 2005, p.79).

Paulo Freire construiu novos conceitos no âmbito do ensino, de modo a desenvolver métodos que propiciam uma educação crítica e questionadora da realidade, assim sendo, para uma prática educativa de qualidade, é necessário que esta esteja coerente não somente com as diretrizes curriculares para a EJA, mas que seja trabalhado temas que valorizem e dialoguem com a cultura, experiência de

vida e saberes dos alunos, visando o respeito e a valorização desses educandos e suas especificidades.

Saviani (2003) explica que o trabalho é o princípio que orienta e fundamenta o processo educativo. Quando pensamos no sujeito da EJA notamos que educação e trabalho andam de mãos dadas, isso porque, a maioria dos alunos da EJA associam trabalho e estudo. Neste contexto a modalidade EJA agregada a um curso técnico é um diferencial procurado por muitos alunos que veem nessa modalidade a possibilidade de além de terminar os estudos, poderem sair com uma formação técnica que lhe permitam melhoria salarial, ou até mesmo uma mudança de carreira.

[...] não há outro caminho, primeiro porque não é possível excluir o trabalho da realidade desses sujeitos, pois, muitas vezes, é ele o elemento motivador daquele jovem ou adulto retomar os seus estudos, seja pela necessidade de permanência ou ingresso no mundo do trabalho. (RAMOS, 2010, p.16)

A EJA associado ao trabalho se torna assim um transformador social, embora não seja esse o seu objetivo primário. Em meio a essa necessidade surgiram os cursos técnicos; qual entrelaçam a possibilidade de educação básica e profissional. Ramos (2008), ao reconhecer que a história da dualidade educacional coincide com a história da luta de classes no capitalismo, defende a superação dessa dualidade por meio da integração entre a Educação Profissional e a Educação Básica. A autora analisa a possibilidade de um Ensino Médio Integrado, afirmando que:

O acesso ao conhecimento como direito tem duas dimensões que se complementam, quais sejam, da compreensão da realidade em geral e da instrumentalização do trabalhador. Instrumentalização [...] no sentido de produzir condições subjetivas e coletivas para lutar pela reconfiguração das relações de trabalho e das relações sociais dentro da ordem e contra ordem capitalista. Isto implica ter conhecimentos que configurem identidades sociais mediadas pelo trabalho. O ensino médio puro não configura identidades dos sujeitos que precisam urgentemente se inserir na vida produtiva. Esses sujeitos conseguiriam emprego? Isto não está dado, pois a educação não garante o emprego. Mas falamos em lutar ativamente, municiado de conhecimentos, de categorias que levem à compreensão da realidade social e a meios de ação profissional. Uma formação genérica que não tem significado concreto para os sujeitos é uma formação que os coloca na lógica subordinada. Assim, a defesa do ensino médio integrado não reforça a ideia da empregabilidade. Ao contrário, proporciona que os sujeitos se vejam tendo conhecimentos, sendo produtivos para a sociedade, ainda que as relações nesta sociedade tendam sempre à exclusão (RAMOS, 2008, p. 22).

Pensar nessa dualidade na EJA é um grande avanço. É nessa vertente de raciocínio que, em 2006, fora instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de

Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Sua criação foi uma decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio. O programa teve inicialmente como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Nos Institutos Federais (IFs), a modalidade da Educação profissional com que esse público de jovens e adultos pudessem matricular-se em cursos na rede federal, de maneira inédita (SANTOS, 2010).

Foi desta forma que em 2009 o Instituto Federal de Goiás implementa em seu estatuto (no artigo 5º) a criação dessa modalidade: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (IFG, 2009).

Em meio a resistência institucional, a princípio a única oferta da modalidade foi para o curso Técnico Integrado em Serviços de Alimentação, no campus Goiânia. Castro (2011 p.155) pontua que a adesão “ocorreu a partir da iniciativa dos professores, em uma coordenação que ainda estava se consolidando e que era receptiva à ideia da inclusão social, em função da aproximação desta coordenação com a área de ciências humanas”. Com isso, outros Câmpus, puderam implementar em sua grade a oferta desses cursos.

Atualmente, 14 Câmpus do Instituto Federal de Goiás ofertam cursos Técnicos integrados de nível médio na modalidade EJA, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1: Cursos Técnico EJA: IFG

CÂMPUS	CURSO
Águas Lindas de Goiás	Técnico Integrado em Enfermagem
Anápolis	Técnico Integrado em Secretaria Escolar
Aparecida de Goiânia	Técnico Integrado em Alimentos Técnico Integrado em Modelagem
Cidade de Goiás	Técnico Integrado em Artesanato
Formosa	Técnico Integrado em Edificações Técnico Integrado em Manutenção e suporte em Informática
Goiânia	Técnico Integrado em Cozinha
Goiânia Oeste	Técnico Integrado em Enfermagem

Inhumas	Técnico Integrado em Panificação
Itumbiara	Técnico Integrado em Agroindústria
Jataí	Técnico Integrado em Secretariado
Luziânia	Técnico Integrado em Manutenção e suporte em Informática
Senador Canedo	Técnico Integrado em Refrigeração e Climatização
Uruaçu	Técnico Integrado em Comércio
Valparaíso	Técnico Integrado em Eletrotécnica

Fonte: Produzida pelo autor segundo informações encontradas no site do IFG

Como vimos, no total são ofertados 16 cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA.

Segundo os documentos institucionais, embora ainda seja um desafio alcançar toda a população não alfabetizadas, tais ofertas possibilitam além de concluir o ensino médio, oportunizar uma formação técnica de qualidade às pessoas no que se diz respeito à educação e formação para trabalho e para a vida.

2: EVASÃO ESCOLAR

Compreender o que é evasão, as causas e consequências é essencial para iniciar a nossa compreensão dos fenômenos que incidem sobre um índice tão grande de evasão dos e das estudantes do curso técnico integrado em alimento na modalidade EJA do IFG campus Aparecida de Goiânia. Por que tantos e tantas estudantes do curso abandonam ano a ano os bancos escolares e não completam os seus estudos? Vamos pensar sobre isso neste capítulo e no posterior.

2.1 Sobre a evasão escolar: conceitos e discussões iniciais

Evasão escolar, segundo Riffel e Malacarne (2010) é o ato de evadir-se, fugir, abandonar, sair, desistir, não permanecer em algum lugar. Quando se trata de evasão escolar, entende-se que a fuga ou abandono da escola em função da realização de outra atividade. Convém esclarecer que o termo evasão escolar nesse trabalho será entendido como resultado do fracasso escolar do estudante diante de inúmeras circunstâncias e da própria instituição escolar.

Sabemos que a evasão escolar é um problema que atinge todos os níveis de ensino da educação no Brasil, onde muitas crianças e jovens e adultos abandonam a escola devido a fatores tais como: a relação familiar, as desigualdades sociais, a violência, a necessidade de trabalhar, as drogas, gravidez na adolescência, infraestrutura escolar precária, necessidades de formação inicial e continuada dos professores, possíveis desajustes na prática didática metodológica, desmotivação, gestão autoritária, falta de identidade do aluno com a escola, entre outros (QUEIROZ, 2022).

Dentre todos os motivos, um bastante recorrente é a necessidade de ingresso no mercado de trabalho, pois a prioridade para muitos estudantes - até mesmo crianças e adolescentes, não é a educação, mas a própria sobrevivência conforme afirma Castro:

[...] as causas da evasão/abandono da escola passam pelas diversas misérias, em contraposição à grande produção de riquezas, presentes no país e que não garantem a permanência da classe trabalhadora na escola. São questões, basicamente, relacionadas à necessidade de sobrevivência. Segundo o IBGE (2007), a primeira evasão se dá no primeiro ciclo do ensino fundamental, pelo fato de a escola situar-se distante da casa, de faltar transporte escolar, de outro adulto não ter como levar as crianças, da

falta de interesse, das doenças e das dificuldades no estudo. Já no segundo ciclo do ensino fundamental, ela se relaciona com a necessidade de ajudar os pais em casa ou de trabalhar, pela falta de interesse dentre outros (CASTRO, 2016, p.183,184).

Em contraposição aos elevados índices de evasão, a Constituição do nosso país informa que o acesso e a permanência do aluno na escola são direitos fundamentais, garantido no art. 6º da nossa carta magna. O direito à educação aparece junto ao da moradia, trabalho, lazer, saúde, dentre outros, como direitos sociais (BRASIL, 1988).

Da mesma forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 4º, descreve, dentre os vários deveres que devem ser garantidos a todas as crianças e adolescentes, o da educação:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, art.4, grifo nosso).

Ou seja, a educação é um princípio fundamental para o exercício da vida e da cidadania. No entanto, muitos, por necessidade e circunstâncias variadas, tem evadido da escola, não conseguindo usufruir plenamente desse direito básico (ARROYO, 1997). Refletindo sobre a evasão escolar; este autor escreve:

[...] na maioria das causas da evasão escolar a escola tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se o jogo de empurra (ARROYO, 1997, p.23).

Queiroz (2022) discute sobre os diversos fatores correlacionados com o insucesso e desistência da escola por parte dos alunos. Dentre estes fatores, identifica a existência de duas principais categorias para as causas da evasão escolar. A primeira se relaciona aos fatores externos à escola como, por exemplo, a relação familiar, as desigualdades sociais, a violência, a necessidade de trabalhar, as drogas, dentre outros. A segunda diz respeito a fatores internos desta instituição, tais como: infraestrutura escolar precária, necessidades de formação inicial e continuada dos professores, possíveis desajustes na prática didática e metodológica, desmotivação, gestão autoritária, falta de identidade do aluno com a escola, dentre outros. Nesse sentido, afirma:

De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos

fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontadas o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores interescolares são apontados à própria escola, a linguagem e o professor (QUEIROZ, 2022, p.3).

A partir disto, constata-se que a evasão, independentemente de suas causas, em escolas públicas ou privadas, é um fenômeno social complexo que provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas, uma vez que os estudantes que abandonam a escola, terão sérias consequências como, por exemplo, a baixa autoestima. Consequência esta que irá dificultar as relações pessoais e profissionais e acabam por gerar sentimento de desmotivação e isolamento social consolidando ainda mais a desigualdade social no país. Em relação a tal problemática social, as autoras do Caderno 1 organizado pela antiga SECAD no MEC, evidencia:

Uma característica frequente do (a) aluno (a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse aluno volta a sala de aula revelando uma autoestima fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (CADERNO 1 MEC/SECAD, 2006, p.16).

Citando dados do IBGE 2020, Custódio (2022) evidencia que há 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, ou seja, 20,2% da população que não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Dentre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%).

No site do MEC, no sentido de combater o abandono e a evasão escolar, está o convite para as famílias e toda a população participarem da campanha “Disque 100 - Brasil na Escola”. Por meio deste número a população poderá informar sobre crianças e adolescentes não matriculados nas redes de ensino ou que estejam sem frequentar a escola para que sejam procuradas pelo Conselho Tutelar.

Segundo o secretário adjunto de Educação Básica do Ministério da Educação Helber Ricardo Vieira a campanha é uma parceria da pasta com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tem “o objetivo de engajar

toda a sociedade em um processo ativo de busca daquelas crianças que estão indevidamente fora da escola”.

Segundo Rumberger (2006), identificar as causas de evasão escolar é extremamente difícil, pois este fenômeno é influenciado por vários fatores, sejam eles relacionados aos estudantes ou às suas famílias, escolas e comunidades. Rumberger (2006) entende que a evasão escolar é um processo, resultado de um movimento que foi se dando de modo cumulativo. Ainda em relação à evasão escolar, Rumberger (2006) cita que ela pode ser resultado do próprio aluno, ou seja, seus valores, comportamento, mas também resultado de questões pertinentes às instituições públicas que deveriam garantir o livre acesso à educação para todos. Ou seja, são questões que envolvem muitas esferas: familiar, política e social. Tais esferas podem influenciar direto ou indiretamente para a permanência ou evasão do aluno.

Do mesmo modo, para Patto (1996) a evasão não é consequência de apenas um fator social ou econômico. Ela está vinculada a várias questões que, juntas, trazem um grande prejuízo acadêmico para o país e que se trata de um fracasso que se reproduz no cotidiano escolar. Vejamos:

A reprovação e a evasão escolar são: um fracasso produzido no dia-a-dia da vida na escola e na produção deste fracasso está envolvido aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, concepções de ensino e de trabalho e preconceitos e estereótipos sobre a sua clientela mais pobre. Estes preconceitos, no entanto, longe de serem umas características apenas dos educadores que se encontram nas escolas, estão disseminados na literatura educacional há muitas décadas, enquanto discurso ideológico, ao se pretender neutro e objetivo, participa de forma decisiva na produção das dificuldades de escolarização das crianças das classes populares (PATTO, 1996, p. 59).

De acordo com Patto (1996), no Brasil, a educação sempre foi pensada e destinada a elite. Com isso, a evasão não era o foco de preocupações, pois quem abandonava os estudos era a classe menos favorecida da sociedade. Patto (1996) aponta ainda que as explicações dadas a esse fracasso escolar sempre se deram devido a questões racistas. Pessoas colonizadas, por exemplo, eram vistas como inferiores aos demais da sociedade elitizada e isto justificava o não acolhimento delas pela sociedade e pela escola. A autora cita:

As teorias racistas encontraram na teoria evolucionista de Darwin elementos para sua reafirmação onde, supostamente, se daria uma seleção dos mais aptos, o que resultou numa biologização mistificadora da vida em sociedade

e justificadora da exploração e da opressão exercidas por classes dominantes aos países colonialistas (PATTO, 1996 apud HADDAD, p.277).

A autora aponta que alunos que fracassaram na escola seriam considerados como raças inferiores, sem habilidade e sem capacidade de aprender. Enquanto isso a elite recebia instrução de qualidade. Com o tempo, ainda segundo a autora, esses alunos eram considerados “anormais” ou “problemáticos”, voltando novamente a ideia da classificação biológica como fator do fracasso. Posteriormente, Patto (1996) cita que o fato dessas crianças serem consideradas “problemas” dava-se ao fato do ambiente sócio familiar em que elas se encontravam. Aquelas crianças que faziam parte de famílias de trabalhadores não tinham apoio dos pais e nem a presença deles na vida escolar, isso devido os mesmos terem a necessidade de passar mais tempo no trabalho garantindo o sustento da família, os impossibilitava de participarem da vida escolar dos filhos. Esses fatores sociais, contribuíam para um baixo rendimento escolar.

Para Patto (1996), até então, tentavam colocar a culpa do fracasso escolar na criança e na família. Ressaltando que o professor não poderia ser responsabilizado por esse fracasso, a autora escreve:

Numa época em que as pesquisas desvelam cada vez mais a situação grave do ensino de primeiro grau, a precariedade das condições de trabalho do professor, sua insatisfação profissional e suas lacunas de formação, sua representação negativa da clientela, a inadequação dos processos de ensino e de avaliação da aprendizagem, a grande mobilidade dos educadores nas escolas que atendem às pessoas mais pobres, a pequena duração da jornada escolar e do ano letivo, a gratuidade apenas nominal da escola pública, é preciso urgentemente rever as afirmações científicas sobre estas pessoas que muito têm contribuído para manter e agravar este estado de coisas. (PATTO, 1996, p.407).

A defesa da autora é pelo entendimento de que a problemática do fracasso escolar vai além das questões pessoais. Ao contrário, é uma questão, sobretudo, política. Daí a necessidade, também, de ofertar e adaptar um ensino de forma que contemple as classes populares menos favorecidas, entendendo que a escola não pode ser vista como a solução para todos os problemas, mas que a mesma é ferramenta fundamental de transformação social.

2.2 Evasão escolar na EJA

Como afirmamos, a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares. Ao contrário, é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro.

Campos (2003) enfatiza que a evasão escolar na EJA pode ser notada como um abandono por um tempo determinado ou não. Havendo muitas razões de ordem social e, principalmente, econômica que convergem para a “evasão” escolar dentro da EJA. Indo além da sala de aula e dos muros escolares.

Conforme Campos (2003), os motivos para o abandono escolar que podem ser mencionados são as condições materiais de sobrevivência, em que o aluno deixa a escola para trabalhar; a precarização das condições de acesso e segurança; e a incompatibilidade de horários com as responsabilidades assumidas, dentre outros. Sobre esses fatores destacamos com origem tanto psicológica quanto socioculturais:

psicológica; referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos. Alguns alunos apresentam dificuldades de aprendizagem e não tem o atendimento necessário respeitando suas especificidades, gerando frustração e desânimo, quando esses percebem que estão ficando para trás em relação aos demais alunos, acabam que desistindo dos estudos. Socioculturais; relativos ao contexto social e cultural do aluno. A situação econômica influencia na evasão escolar, muito por precisarem ajudar a família com a renda, necessitam conciliar estudo e trabalho, mas por dificuldade em conciliar os dois, decidem priorizar o trabalho (CAMPOS, 2003, p.18).

Mesmo com a criação de leis que garantem a educação de Jovens e Adultos e com a perspectiva de mudança social a partir deste novo olhar sobre a educação da EJA, são vivenciadas situações que travam a condição desses sujeitos a completarem o ciclo de escolarização. E sempre é recorrente a situação de que quando estes estudantes encontram um trabalho no horário de aula, são obrigados a fazer uma escolha e muitos optam pelo trabalho, pois têm uma família a sustentar.

Viver no mundo do trabalho com responsabilidades familiares e sociais aliado aos estudos é, portanto, um desafio que os alunos têm de enfrentar diariamente. Não é fácil trabalhar o dia inteiro e ainda ter disposição para estudar à noite, quando já estão exaustos.

Sobre isto, Vieira, Santana e Costa (2021, p.188), afirmam:

O aluno da EJA não é o sujeito que falta aula por opção, é um sujeito que abre mão da escola pelas necessidades de vida, de sobrevivência, de não

ter condições de compatibiliza tempo de escola e tempo de trabalho sobretudo (Luz, Vieira, Santana e Costa, 2021, p.188).

Por muitas vezes, também, a metodologia empregada e a não valorização dos conhecimentos e experiências culturais adquiridas fora do espaço escolar não são levados em consideração pela escola e, por isso, a consequência gerada é a evasão. Nesse sentido Luz, Vieira, Santana e Costa (2021, p.190) afirmam:

Porém, muitos não se sentem motivados e não veem significado quando o que é repassado pelo professor não tem ligação com a vida prática que levam. Apresentam dificuldades nos conteúdos proposto pelo professor por não perceberem relação com a realidade no qual estão inseridos. Nesse se sentido, cabe à escola valer-se de todos os recursos necessários para garantir a permanência dos alunos, uma vez que ele traz uma série de conhecimentos formais e não formais à escola, que muitas das vezes não são valorizados e nem mesmo associados com os conteúdos escolares.

As autoras enfatizam que a escola tem importante influência na vida escolar das pessoas Jovens e Adultas, o que exige que a escola tenha uma tomada de posicionamento mais ativa diante do desafio de diminuir a evasão na modalidade EJA.

Segundo Brandão (1983), o fracasso escolar pode ser analisado por dois vieses: um que busca em fatores externos no caso a escola e outro interno. Nos fatores, externos, tal como já evidenciamos lá atrás, estão questões relacionadas ao trabalho, questão social e familiar:

[...] o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento.

Entendendo as políticas oficiais como um dos fatores determinantes no processo de evasão escolar Arroyo (1991, p.21) aponta:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

Explicando assim, que a evasão é um resultado da desigualdade social. Percebendo que a EJA é um problema de classes menos favorecidas, o pensamento de Arroyo (1991) se consolida como real, pois, nota-se que os alunos da EJA são em sua maioria classe trabalhadora e responsável pelo sustento da

família, esses, no entanto, muitas das vezes não conseguem concluir o EJA por motivos de trabalho.

3. A EJA NO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM ALIMENTOS DO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA E AS PRINCIPAIS CAUSAS DE EVASÃO ESCOLAR

O curso Técnico integrado em Alimentos na modalidade EJA no IFG Câmpus Aparecida de Goiânia existe desde o ano de 2017. O curso anterior – Panificação - iniciou suas atividades no campus desde o ano de 2013 e foi ele que deu origem ao curso de Alimentos. O ingresso é anual e já foram formadas 3 turmas. O intuito deste capítulo é discutir com base nos dados da pesquisa de campo e com o auxílio das leituras realizadas sobre a EJA e evasão refletir sobre este fenômeno no âmbito deste curso que estamos pesquisando.

Para tanto buscaremos apresentar a Instituição onde o mesmo se insere, sua caracterização e funcionamento, sua proposta pedagógica e os dados levantados junto aos sujeitos pesquisados.

3.1 Caracterização da instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia está situado na Av. Universitária Vereador Vagner da Silva Ferreira Qd 01, Lt 1-A bairro Parque Itatiaia no Município de Aparecida de Goiânia na Região Metropolitana de Goiânia. Segundo o PPC (2017) Aparecida de Goiânia – segundo município mais habitado do estado de Goiás - tem, oficialmente, uma população de 455.657 mil habitantes, entretanto, a população estimada, em 2017, já era de 542.090 mil habitantes (IBGE, 2017).

De acordo com o PPC (2017) a proposta de concretização do curso Técnico em Alimentos no IFG Campus Aparecida de Goiânia se deu pelo crescimento deste setor no Brasil e este crescimento vem chegando na Região Metropolitana de Goiânia.

A crescente urbanização registrada no Brasil tem feito crescer também o setor de serviços alimentícios. As novas realidades da vida moderna têm exigido cada vez mais das pessoas que façam suas refeições fora de casa. Ainda segundo dados da ABIA, entre 2006 e 2016 o mercado de food service cresceu 14% no país, gerando cada vez mais oportunidades de emprego e empreendedorismo (PPC, 2017, p.12).

Segundo o documento citado, o mercado alimentício exige trabalhadores capacitados, qualificados e em condições de agir de forma inovadora aplicando as práticas adquiridas na melhoria dos produtos. Assim, “[...] o Técnico em Alimentos é um profissional perfeitamente sintonizado a esta nova realidade socioeconômica, atuando no desenvolvimento ou modificação de novos produtos (PPC, 2017, p.12)”.

Como afirmado, o Curso Técnico Integrado em Alimentos EJA garante a formação de técnicos de nível médio que tenham uma qualificação profissional e, da mesma forma, elevar os níveis de escolaridade dos alunos nele ingressantes.

3.2 Caracterização da organização e funcionamento do curso segundo o PPC

O ingresso no curso Técnico em Alimentos na modalidade EJA de acordo com o mais recente Edital (2022) se dá por meio de processo seletivo – que consiste na participação obrigatória em uma palestra sobre o curso e uma entrevista com todos os interessados. Entrevista esta de caráter eliminatório, seguida por sorteio de vagas, de caráter classificatório.

Ao todo, são ofertadas 30 vagas por ano nas datas previstas em edital publicados no site do IFG. Para o curso Técnico Integrado em Alimentos EJA podem se candidatar pessoas maiores de 18 anos com Ensino Fundamental completo:

O processo seletivo será divulgado por intermédio de edital próprio, no qual deve constar indicação de condições e sistemática de processo. Além disso, conforme artigo 19 da Resolução nº008/2017, o ingresso no curso ainda poderá ocorrer por processo de transferência e reingresso, 18 mediante publicação de Edital e/ou Chamada Pública (PPC, 2017, p.17, 18).

As aulas são ofertadas de segunda a sexta-feira no turno noturno das 19h à 22h15min e aos sábados das 07:30h às 12:30h. Por noite, são 4 aulas com duração de 45 minutos e com um intervalo de 15 minutos. Nos sábados, no matutino, são ofertadas 6 aulas com duração de 45 minutos. O curso está organizado para ser finalizado em 3 anos, no mínimo, e no máximo em 6 anos.

Em relação à infraestrutura, de acordo com o PPC (2017), o Curso Técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA, dispõe de 02 laboratórios na área de química, 02 laboratórios na área de biologia e 05 laboratórios na área de alimentos: laboratório de carne e derivados, 2 laboratórios de leite e derivados, laboratório de panificação, laboratório de frutas e hortaliças e cozinha experimental, 02 laboratórios de informática. Além destes espaços conta, também, com 1 de ateliê de artes

visuais, sala de música, sala de dança, 01 biblioteca, centro esportivo, consultório médico, consultório odontológico e 01 refeitório que estão disponíveis aos discentes do curso.

Ao todo, 34 docentes ministram aulas no Curso Técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA Campus Aparecida.

Quanto ao servidores técnico-administrativos atualmente são 10 que estão, diretamente, envolvidos com as atividades do Curso.

3.3 A Proposta Pedagógica do Curso

Segundo o PPC (2017) do Curso Técnico em Alimentos na modalidade EJA do IFG Campus Aparecida, o objetivo geral do curso é ofertar aos discentes que saíram do ensino fundamental o ingresso integrado à educação de nível médio e à educação profissional, preparando e qualificando os e as estudantes para continuarem seus estudos na educação superior ou integrar ao mundo do trabalho, nas várias áreas do ramo de alimentos.

Quanto aos objetivos específicos, são os seguintes:

Promover a formação integral dos educandos, proporcionando-lhes conhecimento das ações de planejamento, operação, implantação, gerenciamento e aplicação metodológica das normas de segurança e qualidade dos processos físicos, químicos e biológicos presentes na industrialização; • Formar profissionais competentes para planejar, organizar e monitorar processos de aquisição, elaboração, acondicionamento e disposição das matérias primas de origem animal e vegetal e dos produtos fabricados, buscando preservar o meio ambiente e objetivando manter a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar; • Formar Técnicos em Alimentos aptos a atuarem como agentes de mudança regional no setor produtivo, como empreendedores e com capacidade para desenvolverem ações ligadas ao setor de alimentos nas diferentes fases da cadeia produtiva de acordo com as normas legais vigentes; • Fornecer ao educando acesso ao conhecimento sobre toda a cadeia de produção de alimentos e serviços de alimentação, possibilitando sua atuação nos processos de produção e processamento nas áreas de transformação, manipulação, desenvolvimento e pesquisa; • Capacitar o aluno a intervir no processo produtivo utilizando transferência de conhecimento, numa visão de desenvolvimento com foco na inovação com responsabilidade socioambiental; • Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho; • Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber que se liguem às indústrias de alimentos e bebidas; entrepostos de armazenamento e beneficiamento; laboratórios, institutos de pesquisa e consultoria (PPC, 2017, p.16,17).

Em relação ao perfil profissional do egresso, o mesmo aponta para a formação de profissionais com atribuições básicas que lhes autorizem a praticar com segurança os contextos caracterizados por mudanças, competitividade, necessidade permanente de aprender, rever posições e práticas, desenvolver e ativar valores, atitudes e crenças. Vejamos:

O egresso do curso Técnico de Alimentos, na modalidade EJA, será um profissional habilitado com sólida formação teórico-prática, postura humanística e ética, capaz de atuar de forma empreendedora junto ao mercado, incorporando e transferindo tecnologias, apto a desempenhar funções gerenciais e técnicas, na qualidade de agente de transformação social, de forma a contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de sua região e do país (PPC, 2017, p.18,19).

O técnico em alimentos ao final do curso estará habilitado a executar instalação e manutenção de equipamentos, a comercialização e a fabricação de alimentos, além disso, adotar soluções tecnológicas para intensificar a produtividade e desenvolver novos produtos e processos, tem como área de atuação indústrias e agroindústrias de alimentos e bebidas.

Conforme o PPC (2017) a Matriz Curricular do Curso Técnico em Alimentos, na modalidade EJA está estruturada por disciplinas em regime semestral com carga horária total de 2400 horas. Destas, 1620 horas são destinadas às disciplinas de educação básica e profissional, 297 horas a seminários, 243 horas à prática profissionais, 100 horas destinadas à realização de estágio curricular obrigatório e 240 horas de atividades complementares a serem realizadas pelos estudantes.

Trata-se de uma organização curricular que, “possibilita a integração entre educação básica e formação profissional. O PPC prevê para o curso a realização de práticas interdisciplinares assim como o favorecimento de uma nova configuração para os cursos na modalidade EJA implementados no IFG, sobretudo a partir da Resolução nº8/2017” (PPC, 2017, p.23).

Informa que a estrutura curricular do curso técnico do nível médio está em acordo com as políticas atuais do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), juntamente com as resoluções:

Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº. 870/2008. E, além desses referenciais, a política nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA também trabalha na perspectiva do currículo integrado, aliada às definições presentes nos documentos específicos dessa modalidade, a saber, Decretos nº 5.154/2004 e nº 5.840/2006, Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e nas Resoluções CNE/CEB nº 01/2000, nº 01/2004 e nº 01/2005 (PPC, 2007 p.23).

De acordo com o PPC (2017) também, tendo em vista essas referências, a educação básica EJA procura entregar no seu currículo uma proposta pedagógica que favorece a prática interdisciplinar, pois reconhece que o estudante necessita de uma educação profissional e tecnológica que agrega em suas experiências o conhecimento científico, tornando-se um profissional tecnológico crítico capaz de construir ações reais no seu dia a dia.

3.4 Procedimentos metodológicos da Pesquisa

Como já informamos a pesquisa foi realizada a partir da nossa preocupação como pesquisadora com os altos índices de alunos evadidos do Ensino de Jovens e Adultos do Curso técnico Integrado em Alimentos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- Campus Aparecida de Goiânia, ainda enquanto aluna do curso de Panificação.

No sentido de recolher os dados da pesquisa, elaboramos um questionário com questões fechadas capaz de identificar as causas e consequências do abandono escolar por parte dos alunos. O questionário é um instrumento que visa buscar informações a respeito do sujeito da pesquisa. Foi escolhido este instrumento, por ser o que melhor se adequava ao objetivo da pesquisa e as condições para atingir o público a ser pesquisado.

Os sujeitos colaboradores pesquisados foram alunos evadidos do Curso técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA, turma de 2017 do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás-Campus Aparecida de Goiânia que aceitaram participar da nossa pesquisa.

Todos os colaboradores assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), onde ficou explícito: a não obrigatoriedade em participar da pesquisa, o objetivo de tal, bem como a garantia de que os dados dos participantes seriam preservados e utilizados, unicamente, para fins acadêmicos.

Como afirmamos, o questionário - mecanismo de coleta de dados – foi o único instrumento para colher as informações e foi elaborado de forma bem simples e de fácil entendimento para os sujeitos colaboradores.

Além do questionário também foi possível colher informações em conversas informais com os estudantes pelo telefone – mas que não faz parte dos dados a serem analisados. As informações a respeito do curso foram colhidas por meio da

leitura do Projeto Pedagógico do Curso – PPC do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Alimentos na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A turma que escolhemos para este estudo foi a turma de alunos ingressantes no ano de 2017, visto se tratar de uma turma que adentrou ao curso há não muito tempo. Portanto ainda possível de contatar as pessoas e, ao nosso ver, que não tivesse sofrido impacto da pandemia no índice de evasão, uma vez que esta turma concluíra o curso no ano de 2019.

Os dados acerca da turma e alunos concluintes e evadidos, foram coletados do sistema Q-Acadêmico IFG Aparecida de Goiânia: Relatório Listagem Simples do Curso Técnico Integrado em Alimentos-EJA e foi neste mesmo sistema que pudemos ter acesso ao número de telefone dos e das estudantes. Na turma de 2017 identificamos 32 alunos matriculados. Destes, apenas 05 concluíram o curso, 05 foram concludentes (ou seja, finalizaram as disciplinas, mas não conseguiram por algum motivo outro concluir o curso) e 22 evadidos. Destes últimos, buscamos contato telefônico com todos eles. Alguns não mais mantinham o mesmo número e foi possível manter contato com apenas 10 estudantes que aceitaram participar respondendo ao nosso questionário.

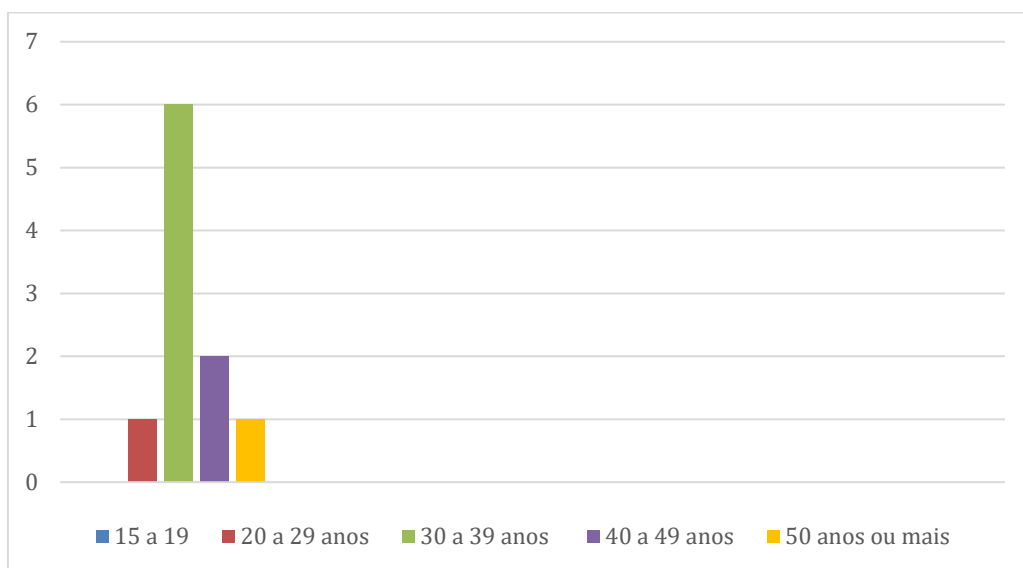
Com o aceite para a participação, nós levávamos o questionário e o TCLE à casa do e da estudante para ser respondido e marcávamos um horário para ir buscá-lo preenchido. Apenas um nós encaminhamos por e-mail.

Um dos primeiros dados da pesquisa que vale a pena discutir é quanto ao gênero. Dado este que confirma a literatura que afirma que o índice de mulheres na EJA é bem maior. Ao pegarmos o relatório geral dos e das alunas matriculadas em 2017, do total dos 32 estudantes, inicialmente matriculados, 19 eram do sexo feminino e apenas 13 eram do sexo masculino.

Agora, voltando o nosso olhar para os alunos evadidos, como dissemos, dos 22 considerados evadidos na turma, conseguimos que 10 sujeitos preenchessem o questionário de pesquisa. Assim os dados apresentados a seguir são os dados referentes a tais alunos. O primeiro gráfico construído por nós diz respeito à idade dos participantes:

1. Idade dos Participantes da Pesquisa:

Gráfico 1: Idade



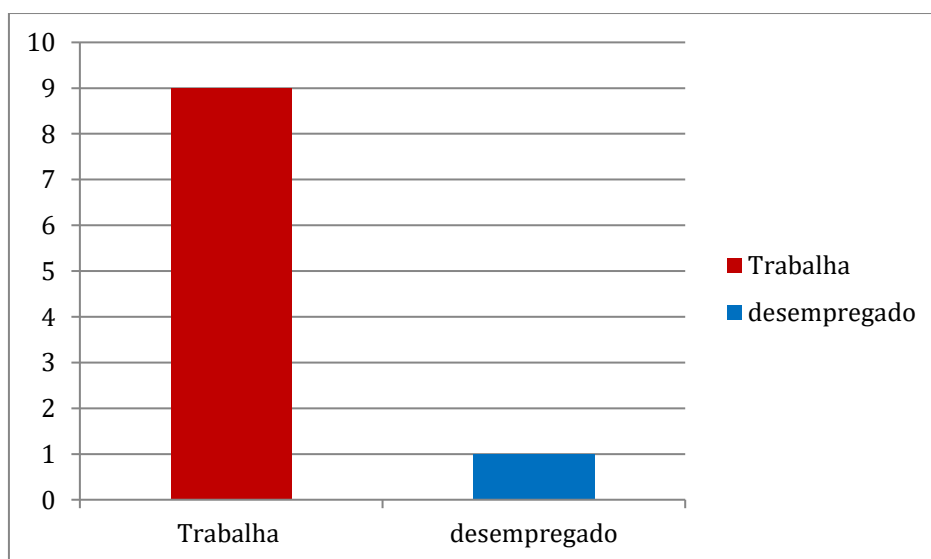
Fonte: pesquisa de campo

Como podemos verificar, em relação à idade, há predominância de adultos de 30 a 39 anos como podemos observar no gráfico acima.

Em relação à colocação no mercado de trabalho, ou seja, se são pessoas que trabalham ou estão desempregadas, a nossa pesquisa evidenciou o seguinte:

2 Quanto a colocação no mercado de trabalho

Gráfico 2 ocupação



Fonte: pesquisa de campo

Notamos que apenas um dos participantes não possui emprego e que os demais fazem parte da classe trabalhadora e profissional liberal, pois dentre as

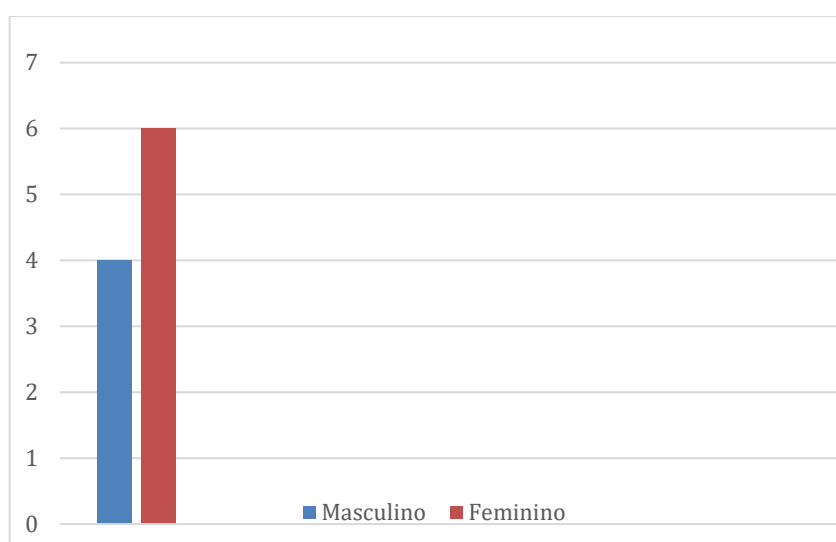
ocupações encontramos: domésticas, entregadores, comerciantes e motoristas. Nessa perspectiva Luz, Vieira, Santana e Costa (2021, p.188) afirmam que o aluno EJA: “[...] é um sujeito que abre mão da escola pelas necessidades de vida, de sobrevivência, de não ter condições de compatibilizar tempo de escola e tempo de trabalho sobretudo.”

Do mesmo modo, O Caderno 1 (MEC/SECAD, 2006, p.19), evidencia: “[...]todas as salas de EJA se unificam em torno deste fato: a grande maioria dos alunos são trabalhadores que chegam para as aulas após um dia intenso de trabalho [...] o trabalho é apontado pelos alunos de EJA tanto como motivo para terem deixado a escola, como razão para voltarem a ela”.

Dos 10 participantes dessa pesquisa temos os seguintes dados em relação ao sexo:

3 Sexo dos participantes:

Gráfico 3: Sexo



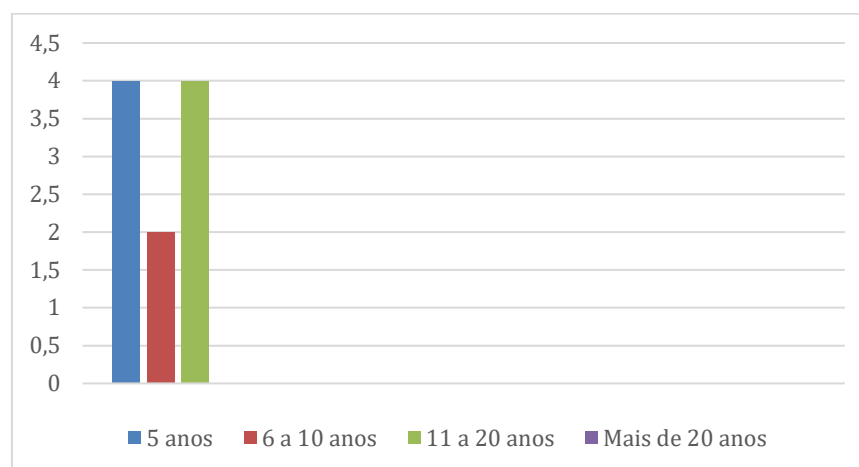
Fonte: pesquisa de campo

Os dados acima revelam que dentre os evadidos, a maioria são do sexo feminino. O que ressalta a análise que já fizemos sobre tal dado.

O próximo gráfico que trazemos se refere ao tempo que esse aluno permaneceu sem estudar antes de resolver retomar os estudos e obtivemos os seguintes resultados: 4 há 5 anos, 2 de 6 a 10 anos, 4 de 11 a 20 anos e 0 a mais de 20 anos.

4 Tempo fora da Escola

Gráfico 4: Tempo fora da escola



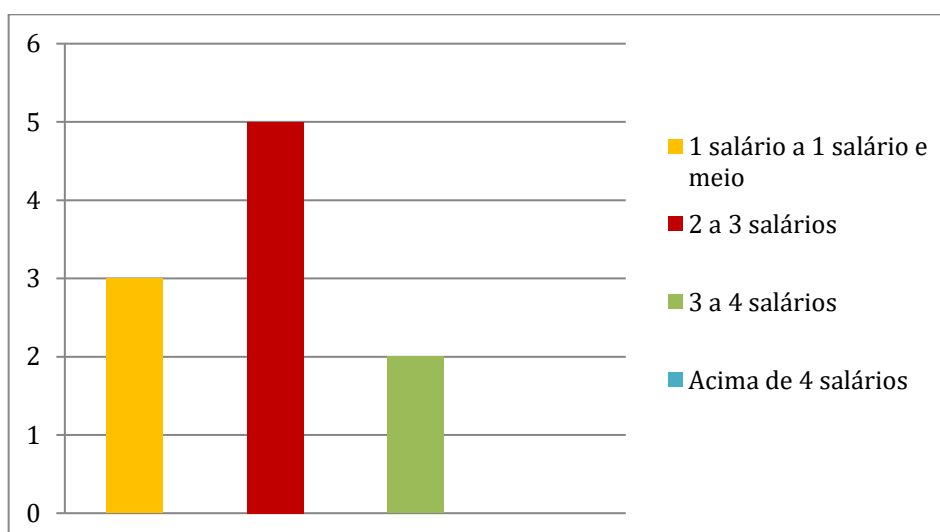
Fonte: pesquisa de campo

A informação interessante na nossa pesquisa – feita com uma amostra relativamente pequena - é que os dados referentes a uma ausência até cinco anos e entre 11 a 20 anos se igualaram. Ou seja, 4 sujeitos estavam há apenas cinco anos fora da escola e 4 sujeitos entre 11 e 20 anos ausentes da escola. Outros dois, encontram-se de 6 a 10 anos fora da escola. De qualquer modo a maioria está longe da escola há mais de cinco anos.

O nosso questionário procurou identificar, também, a renda dos participantes de nossa pesquisa e obtivemos as seguintes informações:

5 Renda dos participantes da pesquisa

Gráfico 5: Renda dos participantes



Fonte: pesquisa de campo

Pelos dados acima expostos, podemos perceber que a renda familiar dos participantes nos trouxe os seguintes resultados: 3 com renda entre 1 salário mínimo a 1 salário mínimo e meio, 5 com renda entre 2 e 3 salários mínimos e 2 com renda entre 3 e 4 salários mínimos.

Sobre a condição sócio econômica o documento elaborado pela SECAD em 2006, evidencia que o público da EJA,

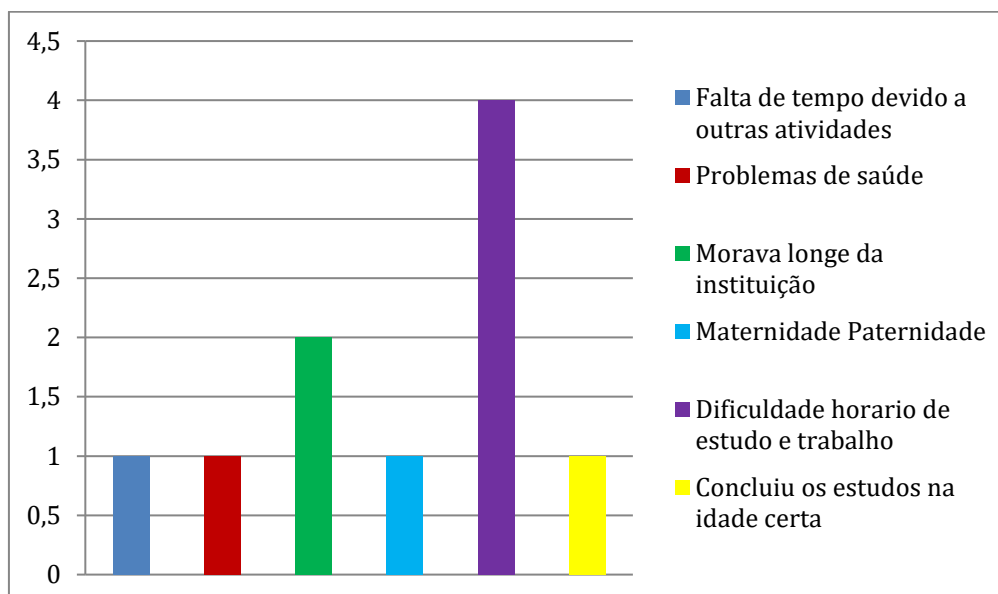
[...] são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem, de modo geral, apenas o básico à sua sobrevivência: aluguel, água, luz, alimentação, remédios para os filhos (quando os têm). O lazer fica por conta dos encontros em famílias ou dos festejos e eventos das comunidades das quais participam, ligados, muitas vezes, às igrejas ou associações. A televisão é apontada como principal fonte de lazer e informações. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua (CADERNO EJA 1, MEC/SECAD, 2006, p.15).

Como vimos quem estuda na EJA são pessoas da classe trabalhadora, maioria vindas de famílias com pouca renda e com baixa escolaridade.

Um dos questionamentos mais importantes feitos aos e às estudantes do curso Técnico Integrado em Alimentos Modalidade EJA do campus Aparecida de Goiânia foi em relação aos motivos do abandono do estudo, ou seja, a principal causa da evasão escolar. Os dados nos mostraram o que o gráfico a seguir aponta:

6. Abandono da escola, na Infância e adolescência, dos participantes

Gráfico 6: Motivos abandono



Fonte: pesquisa de campo

Pelo evidenciado acima, 1 estudante abandonou os estudos devido à falta de tempo e a outras responsabilidades que tinha; 1 por problemas de saúde; 2 por dificuldade de acesso à escola (morava distante); 4 por dificuldades em conciliar os horários de estudo e trabalho; 1 devido a maternidade/paternidade e 1 respondeu que concluiu na idade correta.

Como podemos comprovar, no curso técnico integrado em alimentos na modalidade EJA no Instituto Federal Campus Aparecida de Goiânia, os dados de pesquisa corroboram o que os autores já discutem sobre a evasão escolar e que temos aprendido com esta pesquisa enquanto aluna concluinte de um curso de graduação: os estudantes abandonam os estudos, na sua maioria, por dificuldades de conciliar os estudos e o trabalho. Aqui vale lembrar o que Queiroz (2022, p. 3) afirma: “Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontadas o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família”.

Sobre o fator social, Arroyo aponta:

“É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais” (ARROYO, 1991, p.21).

Essa cruel trajetória escolar sofrida por esses alunos e alunas, ao longo da vida, acabaram por resultar em exclusões e evasão escolar, e que, infelizmente, estão presentes até os dias atuais, as desigualdades sociais marcam o fracasso escolar nas camadas populares. E segundo CASTRO (2006, p, 184) a dificuldade de acompanhar o curso se dar pelos afazeres domésticos:

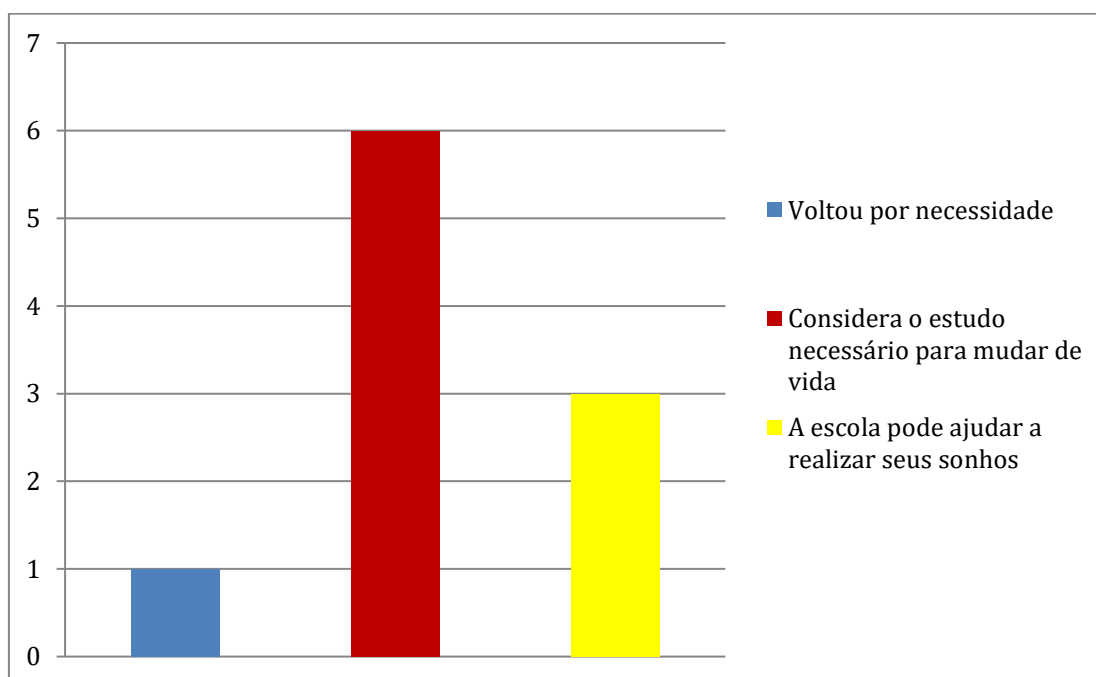
[...] o horário de aula, que não é compatível com o horário de trabalho ou a procura de trabalho (situação sensível particularmente aos alunos do 2º segmento e Ensino Médio); a necessidade de participar nos “afazeres domésticos” a dificuldade de acompanhar o curso.

Como foi revelado pelos dados da nossa pesquisa, os mesmos comprovam o que o autor escreve, pois a maior dificuldade encontrada em nossa pesquisa foi a conciliação do trabalho e a escola.

Questionados sobre os motivos de retorno à escola; os participantes responderam o que o gráfico abaixo nos aponta:

7. Retorno aos estudos pelos Participantes

Gráfico 7: Motivou a retornar os estudos



Fonte: pesquisa de campo

1 estudante detesta a escola e voltou a estudar por necessidade; 6 consideram o estudo necessário para melhorar de vida e por isso retomariam os estudos e 3 entendem que o retorno a escola pode ajudar a realizar os sonhos. “Afimal, os alunos jovens e adultos não voltam para escola para recuperar um tempo perdido e distante, voltam para satisfazer necessidades atuais em suas vidas” (MEC/SECAD, 2006, p.29).

Castro (2016, p.193) evidencia que “[...] a principal expectativa desses alunos em relação aos cursos é: obter qualificação profissional e, com isso, inserir-se, reinserir-se ou alcançar melhores posições no mercado de trabalho”.

Ou seja, são alunos e alunas jovens e adultos que procuram a escola, apostando nela para uma mudança em suas vidas:

[...] Grande parte dos alunos jovens e adultos, que buscam a escola, esperam dela um espaço que atendam as suas necessidades como pessoas e não apenas como alunos que ignoram o conhecimento escolar. Por outro lado, todos eles acreditam que a escola possa imprimir-lhes uma marca importante e por isso apostam nela. (MEC/SECAD, 2006, p.9).

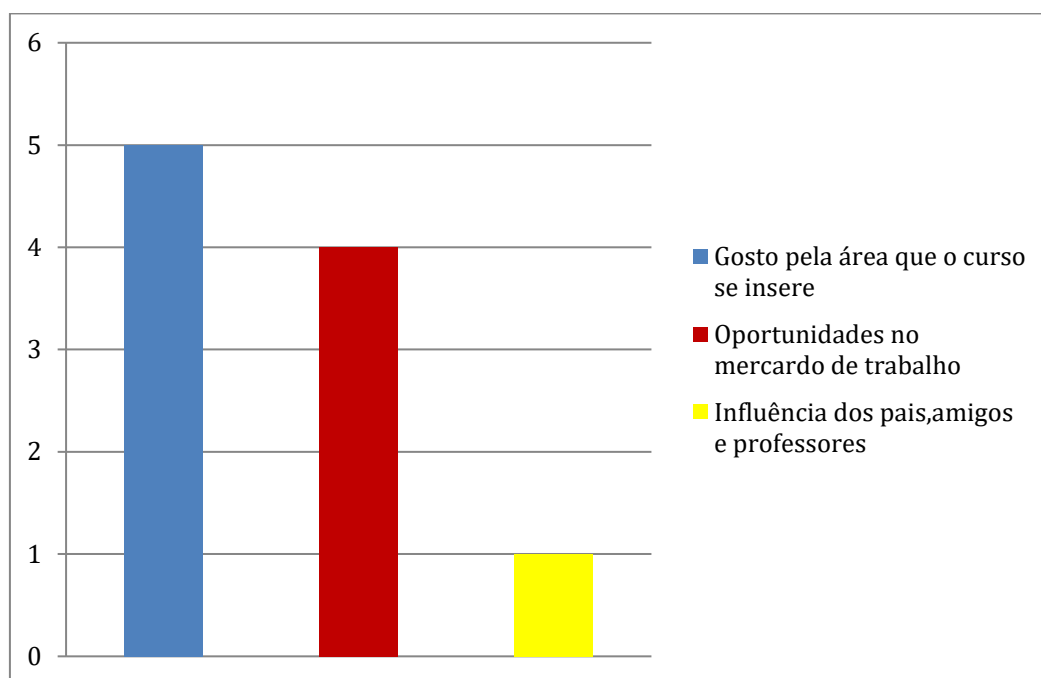
Os alunos e alunas do EJA trazem consigo uma grande expectativa sobre o retorno à escola como ter um emprego melhor, ter uma qualificação profissional, pois é uma exigência do mercado de trabalho, pois acreditam que a escola é

essencial para seu crescimento profissional, pessoal e ajudar os filhos com as atividades escolares.

Vejamos o que a pesquisa nos revela sobre os motivos que levaram os alunos a escolher o curso EJA Alimentos:

8 Escolha do Curso pelos participantes

Gráfico 8: Escolha do curso



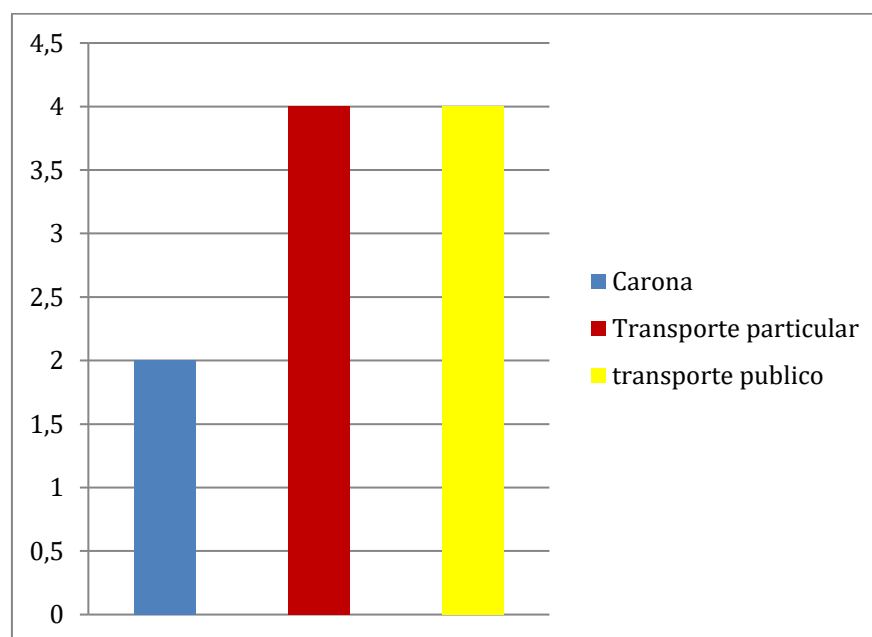
Fonte: pesquisa de campo

Em relação ao motivo para a escolha do curso, percebemos que 5 alunos escolheram o curso de Alimentos por que gostam da área em que o curso se insere; 4 alunos devido as oportunidades no mercado de trabalho e apenas 1 por influência dos pais, professores e amigos. O que nos leva a concluir que o que os levou a evadirem não foi o motivo de terem escolhido um curso por imposição de alguém ou mesmo por acharem que não conseguiriam colocação no mercado de trabalho, uma vez tendo concluído o mesmo. Ao contrário, os dados nos mostram que a maioria escolhera o curso por gostar da área na qual o mesmo estava inserido.

Em relação ao meio do transporte utilizado pelos sujeitos pesquisados, temos o seguinte:

9. Transporte Utilizado para chegar ao IFG pelos participantes da pesquisa

Gráfico 9: Transporte



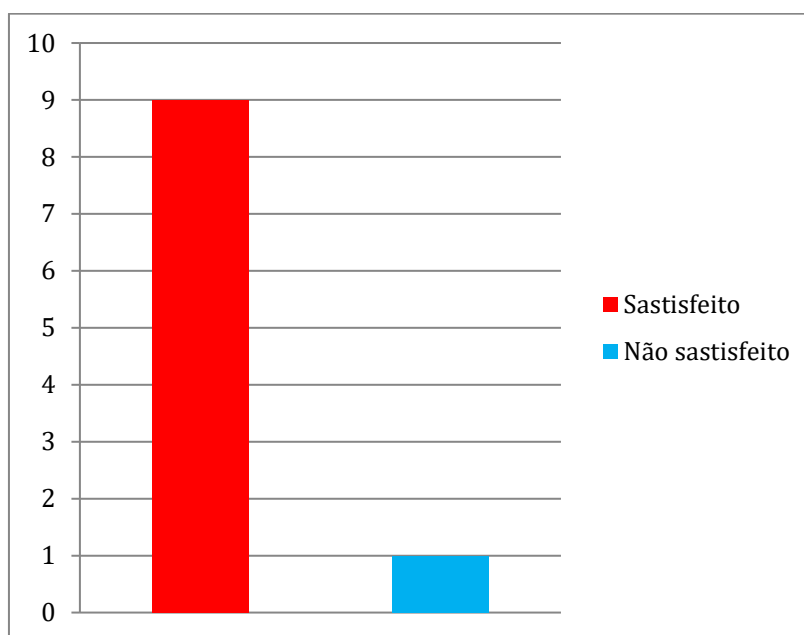
Fonte: pesquisa de campo

Os dados acima nos revelam que 4 participantes utilizam transporte particular e 4 utilizam transporte público e 2 vão de carona nos mostrando como a condição social influencia na vida acadêmica desses alunos e alunas, pois não é fácil trabalhar o dia inteiro e ainda ter disposição para estudar à noite, quando já estão exaustos.

Sobre o nível de satisfação com o curso escolhido, temos o seguinte:

10. Satisfação do Curso:

Gráfico 10: Satisfação com o curso



Fonte: pesquisa de campo

Apenas 1 não estava satisfeito e considera esse um dos motivos para o abandono. Os outros 9 restantes estavam satisfeitos com o curso. Paulo Freire sobre isso cita que é necessário construir o diálogo para conhecer elementos da prática social dos alunos é indispensável, segundo o educador Paulo Freire, extrair os elementos fundantes da prática social e problematizar para conhecer com profundidade os (as) estudantes: “[...] Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas de cidade descuidadas pelo poder publico para discutir...” (FREEIRE, 2003, p.33).

Embora a maioria não tenha demonstrado insatisfação com o curso, grande parte dos entrevistados responderam outro aspecto que influenciou na decisão de abandonar o curso. Dentre estes, um dos entrevistados elencou que os conteúdos ministrados não atenderam suas expectativas, possuía dificuldade para compreender o que os professores ensinavam, dificuldade de adaptar ao ritmo de estudo e não estava satisfeito com o rendimento acadêmico; outro ainda informou que a falta de informação sobre as horas complementares motivou o abandono.

Luz, Vieira, Santana e Costa afirmam:

Porém, muitos não se sentem motivados e não veem significado quando o que é repassado pelo professor não tem ligação com a vida pratica que levam. Apresentam dificuldades no conteúdo proposto pelo professor por não perceberem relação com a realidade na qual estão inseridos. Nesse sentido cabe à escola valer-se de todos os recursos necessários para

garantir a permanência dos alunos, uma vez que ele trás uma série de conhecimentos formais e não formais à escola, que muitas vezes não são valorizados e nem mesmo associados com os conteúdos escolares. É importante efetivamente aproveitar e valorizar absolutamente toda a formação do itinerário (trajeto) formativo que ele tem (Luz, Vieira, Santana e Costa, 2021, p.190).

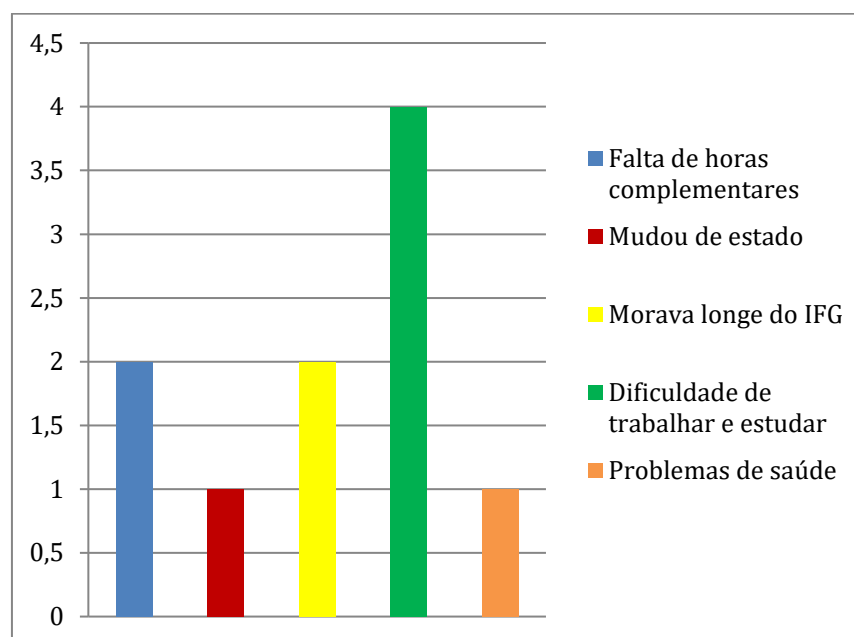
É sabido que todos os sujeitos, sejam jovens, adultos ou idosos; ao adentram a uma turma já trazem consigo seus saberes partir de suas vivências, Luz, Vieira, Santana e Costa (2021, p.189) evidenciam: “[...] A escola, em muitos aspectos, poderia valorizar mais os conhecimentos que os sujeitos da EJA trazem a partir de suas experiências de vida, experiências essas tão importante quanto qualquer conhecimento acadêmico.”

Freire (2003, p. 66) afirma que “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Portanto, uma educação transformadora e emancipadora na EJA só são possíveis, sobretudo, com o engajamento dos (as) docentes em relação a sua missão de despertar e apontar caminhos para o conhecimento, sendo fundamental, a criticidade e reflexão, e que estabeleçam uma relação afetiva, harmoniosa, solidária e dialógica com seus educandos e educandas, se pautando na troca de experiências e não de transferência de conhecimento.

Caminhando para o que consideramos o ápice da nossa pesquisa, procuramos indagar dos participantes, sobre os motivos que os levaram a não concluírem o curso e tivemos o seguinte resultado para esta questão:

11. Evasão do Curso pelos participantes

Gráfico 11 Abandono do curso



Fonte: pesquisa de campo

Os motivos relatados como causa do abandono do curso escolhido foram: 2 por falta de horas complementares; 1 por mudança de estado; 2 por que moravam longe do IFG; 4 por dificuldades em conciliar o trabalho e estudo e 1 por problema de saúde.

Antes de abandonarem o curso apenas 2 conversaram com alguém sobre o assunto antes de tomar a decisão; 7 decidiram sozinhos e 1 não quis responder essa questão.

Como podemos observar no gráfico 11, a evasão é um fenômeno recorrente nas turmas da EJA e não aconteceu somente em minha turma de Panificação de 2013 quando encerramos a turma com 6 estudantes. Ela continua a acontecer, como podemos constatar mediante os dados levantados com os 10 alunos da turma de Alimentos do ano de 2017 que fizemos a nossa pesquisa. São trabalhadores, que por necessidade tiveram que sair da escola para prover o sustento de sua família, não tendo tempo para os estudos

Sobre a evasão QUEIROZ (2022, p.4) escreve:

[...]essa realidade dos alunos das camadas populares difere da realidade dos alunos da classe dominante porque, com base nas pesquisas realizadas em escolas da França pelos críticos produtivistas ESTABLET-BAUDELLOT, enquanto os filhos da classe dominante têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança músicas, línguas estrangeiras, e outras, os filhos da classe dominada mal têm acesso aos

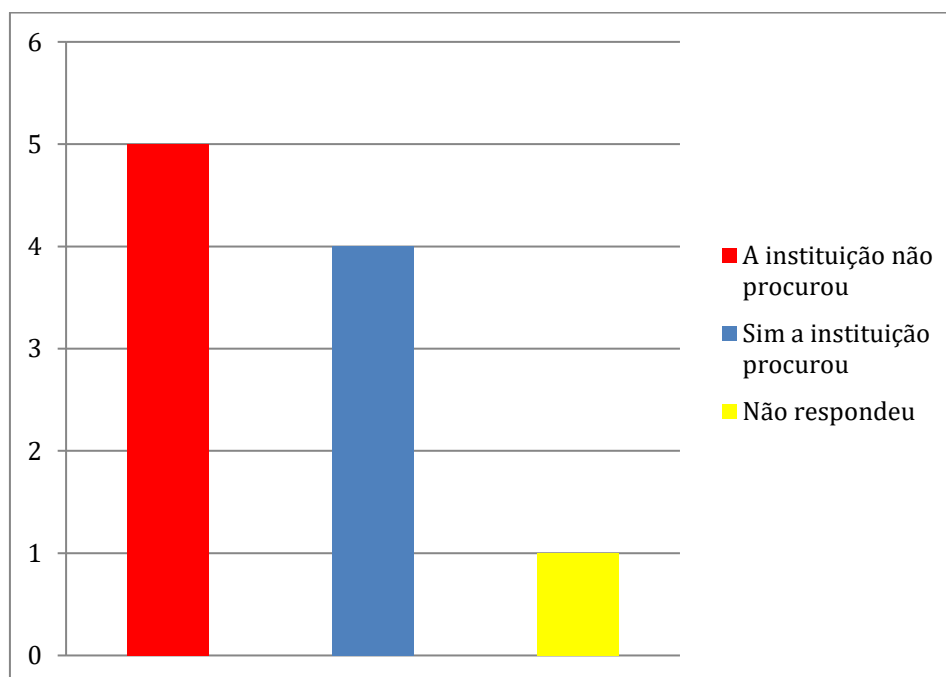
curios noturnos, "sem possibilidade alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento".

São várias as causas da evasão destes alunos, sendo a principal, a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, pois muitos destes estudantes são pais e mães de família que provem o sustento de sua casa.

O morar longe da instituição e depois de um dia exausto de trabalho ter que ir de transporte público para escola os deixa desmotivados, pois é muito cansaço, querem só chegar em suas casas e descansar, para enfrentar no outro dia a mesma rotina, ficando sem saber se trabalha ou estuda pois não conseguem conciliar o tempo de estudo com o trabalho.

Em relação ao interesse da instituição no aluno, perguntamos se os mesmos haviam sido procurados pela instituição e se obtiveram ajuda da mesma, visando sua permanência no curso. Sobre isto apresentamos os seguintes dados:

Gráfico 12 Da procura da instituição



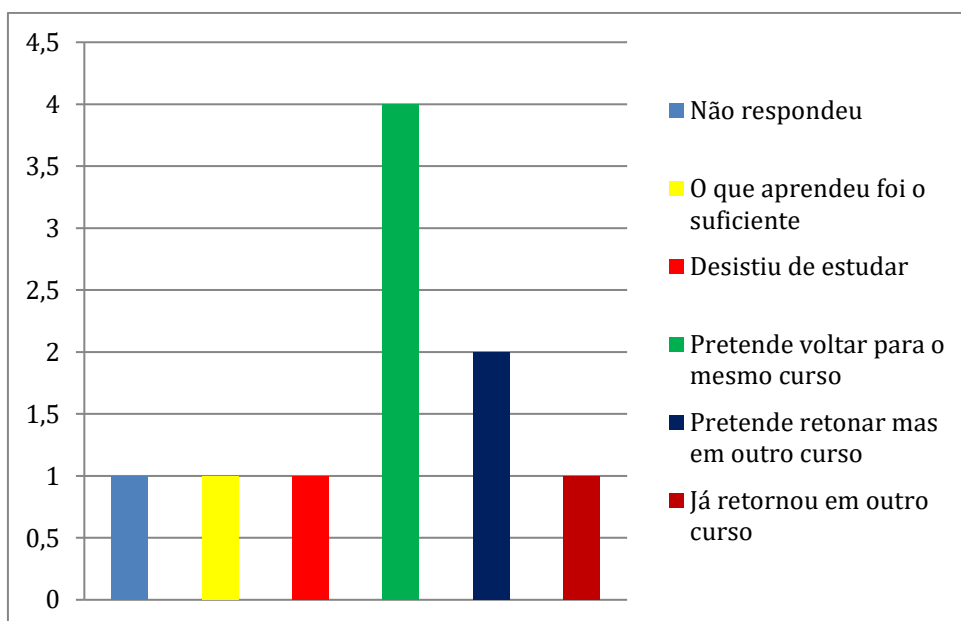
Fonte: pesquisa de campo

Dos 10 estudantes pesquisados, 4 responderam que sim, a instituição ofereceu alternativas e suporte; 5 disseram não terem recebido ajuda por parte da instituição e 1 não respondeu.

Ainda que a Instituição tenha procurado uma parte considerável dos e das estudantes, a necessidade de não permanecer no curso é maior e eles acabam por decidir pelo abandono, mesmo tendo sido procurados e motivados a não evadirem.

Por último, fizemos aos estudantes uma pergunta sobre o interesse deles em retomar os estudos e obtivemos as seguintes respostas apontadas no gráfico a seguir:

Gráfico 13 Possibilidade de retorno aos estudos



Fonte: pesquisa de campo

Em relação a este quesito o gráfico nos evidencia que a maioria dos estudantes tem pretensão de retomar os estudos e para o mesmo curso que estavam cursando. Tal dado revela a que há por parte destes estudantes a esperança de ainda retornarem à escola e de concluírem o curso escolhido. Esperemos que as condições sociais e políticas do país possa ser favorável a este retorno e que eles possam ser bem acolhidos em suas necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No sentido de responder à pergunta que motivou esta pesquisa que foi quais as causas que têm levado a evasão escolar no Curso Técnico Integrado em Alimentos na Modalidade EJA do Instituto Federal - Campus Aparecida de Goiânia, definimos como objetivo geral refletir sobre a evasão escolar dos e das estudantes do curso Técnico Integrado em Alimentos na modalidade EJA do IFG - Campus Aparecida de Goiânia. Como objetivos específicos, escolhermos os seguintes: compreender a história da EJA no Brasil, sua prática e seus sujeitos; discutir sobre o processo de evasão escolar na Educação Básica e na EJA e, em refletir, por meio de dados levantados junto aos estudantes do curso Técnico de Alimentos EJA do IFG/Aparecida de Goiânia, as principais causas de evasão escolar.

Para tanto, realizamos uma Pesquisa Bibliográfica e estudamos autores que abordam os temas que tratamos aqui: a Educação de Jovens e Adultos e o fenômeno da Evasão Escolar. Pudemos compreender melhor o perfil do aluno da EJA, as razões pelas quais eles têm abandonado os estudos e a escola. Destacamos as de ordem social, política e econômica. Razões, portanto, que ultrapassam a sala de aula.

Realizamos também uma Pesquisa de campo que se deu por meio da aplicação de um questionário para os alunos da turma de 2017 do Curso Técnico Integrado em Alimentos na Modalidade EJA do IFG/Aparecida de Goiânia. Com a pesquisa de campo encontramos o número alto de evasão nesse curso e podemos entender as causas do abandono, sendo a principal a dificuldades em conciliar o trabalho e os estudos.

Dividimos, assim, nosso trabalho em três capítulos que procuraram se complementar. No primeiro capítulo constatamos que a EJA se constituiu em um processo de avanços e retrocessos, marcadas por políticas públicas descontinuadas e ineficazes. Seus sujeitos são pessoas trabalhadoras e outras tantas pertencentes às minorias caracterizados pela diversidade. Sobre a prática educativa na EJA não deve ser a mesma praticada na educação infantil, pois, diferentemente das crianças, os alunos da EJA, já têm uma experiência de vida. Vimos que o IFG tem procurado por meio da oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio garantir a oferta da Educação de Jovens e Adultos em seus 14 campus de atuação.

No segundo capítulo abordamos sobre a temática da evasão escolar. Compreendemos, por meio de estudiosos do tema, que muitos são os motivos para o abandono escolar: as condições materiais de sobrevivência em que o aluno deixa a escola para trabalhar, incompatibilidade de horário, gravidez, relação familiar entre outros, mas a mais contundente é a dificuldade de conciliar trabalho e estudos. A partir disto, evidenciamos que a evasão escolar, independentemente de suas causas, em instituições públicas ou privadas, é um fenômeno social complexo que provoca graves problemas sociais, acadêmicos e econômicos, uma vez que os estudantes que abandonam a escola terão sérias consequências. Consequências estas que, dentre outros, refletem em uma baixa autoestima destes sujeitos – o que dificultarão as suas relações pessoais e profissionais e acabam por gerar sentimentos de desmotivação e isolamento social, consolidando ainda mais a desigualdade social no país.

No terceiro capítulo, por fim, apresentamos o curso Técnico Integrado em Alimentos na Modalidade EJA do IFG/Aparecida de Goiânia e discutimos os dados obtidos na pesquisa de campo. Dados que confirmaram o que a pesquisa bibliográfica já tinha nos apontado: a dificuldade que possui os alunos jovens e adultos de acessarem a escola e terem êxito em seus estudos. E no Campus Aparecida no Curso Integrado em Alimentos não é diferente, pois devido aos aspectos financeiros e a incompatibilidade dos horários de aula com o de trabalho fazem com que os estudantes evadam do curso, uma vez que o emprego é a única fonte de renda que possuem. Outro fator dificultador da permanência na escola é o morar longe da instituição, pois, depois de um dia cansativo de trabalho estes não têm disposição para irem à escola e acabam aos poucos abandonando os estudos.

Destaco que esta pesquisa representou uma oportunidade única para a discussão de um tema sempre em pauta na educação brasileira, sendo um problema não só na EJA, mas também no ensino regular. A discussão sobre o tema contribuiu para ressignificar minha prática pedagógica, reafirmando meu compromisso com a qualidade da educação e chamando atenção para os educadores, gestão escolar e governantes para juntos trilharmos um caminho visando a melhoria e diminuição da evasão.

Como educadores e educadoras, precisamos manter o compromisso e a responsabilidade por lutar pela educação buscando, de forma prática e eficiente, formas de garantir a permanência desses alunos nos cursos ofertados na

modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Formas de garantir que políticas educacionais e políticas públicas se voltem para acolher o público ingressante da EJA e que sejam políticas consistentes, capazes de combater a evasão.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania In: BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

BRANDÃO, Zaia et alii. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

BRASÍLIA, Distrito Federal, Brasil: MEC/SEF, 1998. BRASIL. **Educação como exercício da diversidade** – Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

BRASIL. **Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, Brasília.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: Julho de 2022.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. **A infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais**. 2003. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2003.

CASTRO, M. A. D. R. de. **O processo de implantação e implementação do PROEJA no IFG Campus Goiânia**: contradições, limites e perspectivas. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

CASTRO, Mad' Ana Desirré Ribeiro de. **O PROEJA no Instituto Federal de Goiás**: contradições, limites e perspectivas. Curitiba: Appris, 2016.

CEFET/GO. **Regulamento de Assistência Estudantil do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Resolução nº 30, de 23 de dezembro de 2008.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD, Sérgio. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.14, p.108- 130, maio/ago. 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 23.ed. São Paulo. Autores associados: Cortez, 1989.

_____. **Política e educação**: ensaios. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2000c.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 38. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio. Uma História da Alfabetização de Adultos no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil – v.III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 257-277.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. In.: Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005.

IFG. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás**. Portaria nº 488, de 27 de agosto de 2009. Disponível em: < <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/124/estatudoifg.pdf>. > Acesso em: 31 jul. 2019.

_____. **Regulamento Acadêmico dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Resolução CONSUP/IFG de nº 008 de 30 de março de 2017. Goiânia: IFG, 2017a.

_____. **PPC - Projeto Pedagógico do Curso técnico integrado ao ensino médio em alimentos, na modalidade de educação de jovens e adultos**, 2017.

LIRA, Karla Cybele Gomes; SILVA, Marta Santana da; SANTIAGO, Eliete. **A Prática Pedagógica Docente na EJA** (2015). Disponível em: <<https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/LIRA%3B+SILVA%3B+SANTIAGO+-+2015.2.pdf/f2b188c4-92c8-47ab-bff5-713f7010d37c>. > Acessado em 15 de maio de 2022.

LUZ, K.N.R, et al. Entre a Escola e o trabalho: a evasão e a redução de turmas na Amazônia Paraense. In.: CUMERATO, A. C. S. (Org.) **Reflexões sobre a educação de Jovens e Adultos: desafios e perspectivas emancipatórias**. Brazil Publishing: Curitiba, 2021.

MACHADO, M. M. **A prática e a formação de professores na EJA**: uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 2000, Caxambu. Trabalhos apresentados. São Paulo: ANPED, 2000.

MACHADO. M. M. **A educação de jovens e adultos no brasil pós-lei 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública. Em aberto, Brasília: INEP, P. 3-23, 2009.

_____. A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. <https://www.google.com/intl/pt/gmail/about/#>> Acesso em: julho de 2022

_____. **A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em goiás na década de 1990.** 2002. Tese (doutorado em educação) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2002.

_____. Educação de jovens e adultos: relação educação e trabalho. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 373-385, jul./dez. 2013.

MEC/SECAD. Cadernos EJA 1: **Trabalhando com a educação de jovens e adultos** – Alunas e alunos de EJA. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

MOREIRA, A.F.B. (2001). Multiculturalismo, currículo e formação de professores. IN CURRÍCULO: POLÍTICAS E PRÁTICAS. PAPIRUS, (PP. 81 – 96), CAMPINAS, BRASIL.

OLIVEIRA, PAULA CRISTINA SILVA DE. **“Evasão” escolar de alunos trabalhadores na eja.** Disponível em: < HTTP://WWW.SENEPT.CEFETMG.BR/GALERIAS/ARQUIVOS...PDF >. Acesso em: fevereiro de 2022.

PATTO, M.H.S. a produção do fracasso escolar histórias de submissão e rebeldia. SÃO PAULO. T.A. QUEIROZ, 1996.

PORCARO, Rosa Cristina. **Caminhos e desafios da formação de educadores de jovens e adultos.** Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em educação da UFMG, belo horizonte: 2011.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão na escola.** Disponível em: < http://www.seduc.go.gov.br > Acesso em: Maio de 2022.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado.** texto apresentado em seminário promovido pela secretaria de educação do estado do pará, v. 8, 2008.

_____. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à educação profissional. **Revista Educação & Realidade**, v. 35, n. 1, p.65-86, 2010.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas, SP: Mercado das Letras, ALB, SÃO PAULO: Ação Educativa, 2001.

RUMBERGER, R. W. (2006). WHY STUDENTS DROP OUT OF SCHOOL. IN G. ORFIELD (ED.), DROPOUTS IN AMERICA: CONFRONTING THE GRADUATION RATE CRISIS (PP.131-155). CAMBRIDGE: HARVARD EDUCATION PRESS.

SAVIANI, D. O CHOQUE TEÓRICO DA POLITÉCNICA. TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE, V. 1, N. 1, P. 131-152, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no brasil**. 4ª ED. Campinas: Autores Associados, 2013

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos**. DP&A, Rio de janeiro 2002.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. 2. ED. Curitiba: IBEPEx, 2011.

SOUZA, João Francisco. **A prática pedagógica e formação de professores**. Recife: ED. Universitária da UFPE, 2012.

ANEXOS

ANEXO A: QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

Questionário com o objetivo de coletar dados para a Monografia do curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue que busca investigar as causas da Evasão Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Curso técnico Integrado em Alimentos do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás- Campus Aparecida de Goiânia.

1 – Idade: () 15 a 19 anos; () 20 a 29 anos; () 30 a 39 anos; () 40 a 49 anos; () 50 anos ou mais

2 – Você trabalha fora? () Sim () Não

2.1 – Profissão: _____

3 - Sexo: () Feminino () Masculino

4 – Estado civil: () Solteiro; () Casado ; () Divorciado; () Viúvo; () Outro

5 - Há quanto tempo você estava sem estudar?

() Há 5 anos; () De 6 a 10 anos; () De 11 a 20 anos; () Mais de 20 anos

6 – Renda Familiar:

() Entre 1 Salário mínimo a 1 Salário mínimo e meio; () 2 a 3 salários mínimos;

() 3 a 4 salários mínimos; () Acima de 4 salários mínimos

7 – Qual ou quais as razões que te levou a abandonar a escola e não concluir os estudos na idade considerada adequada?

() Dificuldade em conciliar os horários de estudo e trabalho.

() Maternidade/paternidade

() Falta de vaga escolar

() Dificuldade de acesso à escola (morava distante)

() Proibição por parte do/da companheiro(a).

() Constantes Mudanças

() Falta de tempo devido a outras responsabilidades.

() Problemas de saúde

() Outro _____

8 – O que te motivou a retornar à escola e aos estudos?

() A escola pode me ajudar a realizar meus sonhos.

() Considero o estudo necessário para melhorar de vida.

() Sinto vergonha de não ter estudado antes.

() Detesto a escola, só voltei a estudar por necessidade.

09 – Porque escolheu o curso Integrado em Alimentos na modalidade EJA?

() Pelas oportunidades no mercado de trabalho

- () Influência dos pais, professores e amigos
- () Gosto da área em que se insere o Curso
- () Outro motivo. Qual? _____

10 - Como você chegava à escola, diariamente?

- () Transporte público;
- () Transporte particular/pessoal
- () Carona;
- () À pé;
- () Outro _____

11 – Qual ou quais os motivos te levou a abandonar o curso EJA Alimentos?

- () Insatisfação com o curso escolhido
- () Dificuldade de trabalhar e estudar
- () Problemas familiares
- () Paternidade ou maternidade
- () Dificuldades financeiras
- () Moro ou Morava muito longe do IFG
- () Falta de tempo devido a outras responsabilidades
- () Problemas de saúde
- () Outro. Qual? _____

12 – Antes de abandoná-lo, você chegou a conversar com alguém?

- () Não. Decidi sozinho
- () Sim. Conversei com amigos e/ ou familiares
- () Sim. Conversei com outros colegas do curso, professores e coordenação

13 - Você estava satisfeito (a) com o Curso que abandonou?

- () SIM
- () Não, e isso influenciou na minha decisão de abandonar o curso.

14. Caso o motivo tenha sido insatisfação com o curso, qual aspecto te gerava maior insatisfação:

- () Estrutura do curso
- () Infraestrutura de ensino deficiente
- () Falta de suporte acadêmico e pedagógico
- () Os conteúdos ministrados não atenderam às minhas expectativas
- () Dificuldade de compreender o que os professores ensinavam
- () Dificuldade de adaptação ao ritmo dos estudos
- () Não estava satisfeito com o meu rendimento acadêmico
- () Outros. Quais: _____

15 – Quando abandonou o curso, foi procurado pela instituição e essa ofereceu alternativas ou ajuda para que não deixasse os estudos?

- () Sim. Ofereceram-me alternativas e suporte.
- () Não. Não obtive ajuda e nem apoio da instituição para permanecer no curso.

16 – Pretende em algum momento retomar os estudos?

- () Não. Desisti de estudar
- () Não. O que aprendi já é o suficiente

- () Sim. Pretendo retornar para o mesmo curso.
- () Sim. Pretendo, mas não no mesmo curso

ANEXO B: TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Meu nome é MÁRCIA GRAZIELY PEREIRA DA SILVA E ALEIR FERRAZ TENÓRIO (TELEFONE (062)99402-1715), sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é a Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável no momento da entrevista e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (062)993826178. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, pelo telefone (62) 3237-1821 ou e-mail cep@ifg.edu.br .

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

O Título da pesquisa é “EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS”. O objetivo é refletir sobre a evasão escolar dos e das estudantes do curso Técnico Integrado de Alimentos do Ensino Médio do IFG - campus Aparecida de Goiânia. A reflexão que pretendemos realizar com este estudo é pertinente uma vez que discutir-se-á sobre as causas que levam os e as estudantes da EJA a abandonarem os seus estudos, a fim de apresentar possibilidades de atuação por parte da gestão e entidades governamentais a enfrentarem tal problemática que é comum aos e às estudantes trabalhadoras deste país.

O estudo constituir-se-á por dois momentos que se relacionam entre si: primeiro a realização de pesquisa Bibliográfica – oportunidade em que faremos a exploração e seleção da literatura que aborda a Educação de Jovens e Adultos no sentido de subsidiar as análises a serem realizadas, e este momento da pesquisa

Empírica – cuja ideia é conhecer mais de perto a realidade dos e das estudantes da EJA no que toca aos desafios de permanência na escola.

A coleta de dados tem como instrumento de pesquisa a aplicação de questionário

Por meio desta pesquisa buscamos contribuir para discutir a evasão na EJA e você participante estará contribuindo para com a produção de conhecimento. Caso você, como sujeito participante da pesquisa sinta algum desconforto com algum questionamento que lhe vier a ser feito, sinta-se, totalmente, à vontade e LIVRE para não responder à indagação ou mesmo encerrar o preenchimento do questionário a qualquer momento que lhe convir, ausentando-se da entrevista sem penalização alguma em qualquer fase da mesma.

Você está sendo chamado a participar desta pesquisa, ou seja, ser incluído nela, porque você faz parte da última turma de estudantes matriculados no curso Técnico Integrado em Alimentos do Ensino Médio do Instituto Federal - Campus Aparecida.

Você poderá se ausentar a qualquer momento da entrevista caso queira fazê-lo por qualquer motivo e por quaisquer riscos que vier a ocorrer tais como cansaço ou aborrecimento ao responder à entrevista, constrangimento com alguma indagação, constrangimento ao se expor durante a entrevista, desconforto, constrangimento, quaisquer alterações físicas e comportamentais durante a realização da entrevista ou outras mais.

Também estão lhe assegurado o direito a pedir indenizações e a cobertura integral e imediata para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa segundo a Resolução CNS nº. 510 de 2016. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos imateriais decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário, segundo o que consta na resolução 510 de 2016, capítulo I, Inciso II.

Enquanto pesquisadora, nos colocaremos à inteira disposição de, após encerrar o trabalho de pesquisa e a escrita do trabalho final, encaminhar uma cópia do trabalho final para você, contendo a análise dos dados que nos propomos a realizar.

Declaramos aos participantes desta pesquisa que os resultados da mesma se tornarão públicos, porém, a pesquisadora garante total sigilo, anonimato e confidencialidade sobre toda a sorte de informações que serão prestadas por você.

Seu nome não será, em hipótese alguma, divulgado no trabalho final que será escrito e nenhuma informação que vier a dar será divulgada pela pesquisadora.

1.1 Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu,....., inscrito(a) sob o RG/CPF/n.º de prontuário/n.º de matrícula, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado: “EVASÃO ESCOLAR: A DIFÍCIL REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Informo ter mais de 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelo pesquisador(a) responsável, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Aparecida de Goiânia, de de 2022.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS

Documento Digitalizado Público

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assunto: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC Versão Final

Assinado por: Matheus Souza

Tipo do Documento: Documentos

Situação: Finalizado

Nível de Acesso: Público

Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Matheus Pereira de Souza, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO**, em 22/08/2022 18:15:25.

Este documento foi armazenado no SUAP em 22/08/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 322796

Código de Autenticação: bcebc83e8f

